



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE MAIO DE 1979

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa  
 Maria José Paulo Sampaio  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMARIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 17 horas.

Foram aprovados os n.<sup>os</sup> 55 e 56 do *Diário*.

O Sr. Deputado Vasco da Gama Fernandes (Indep.) deu conta de uma carta do Governo em que se comunica a resolução da situação material e de doença da escritora Maria Archer.

Proseguiu e concluiu-se o debate na generalidade, com a sua aprovação, dos projectos de lei n.<sup>os</sup> 131/I e 133/I, apresentados pelo PSD, que criam, respectivamente, o Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Instituto Universitário da Beira Interior. Intervieram, a diverso título, além do Sr. Mínistro da Educação e Investigação Científica (Valente de Oliveira), os Srs. Deputados Gomes Carneiro (PS), Zita Seabra (PCP), Pedro Roseta (PSD), Alexandre Reigoto (CDS), Teresa Ambrósio (PS), Pires Fontoura (PSD), Carlos Robalo (CDS), Sérvelo Correia (Indep.), Matos Gago (PCP), António Veríssimo (Indep.), Malhó da Fonseca (CDS), Manuel Gusmão (PCP), Nuno Abecasis (CDS) e Sottomayor Cardia (PS).

Entretanto a Mesa anunciou a admissão da proposta de lei n.º 251/I, que autoriza o Governo a contrair um empréstimo externo, no montante de 35 milhões de dólares, junto do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, e de um requerimento de deputados sociais-democratas independentes de avocação ao Plenário dos projectos de lei n.<sup>os</sup> 135/I e 155/I, respectivamente do PCP e do PS.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 21 horas e 30 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Vai proceder-se à chamada.

*Eram 16 horas e 45 minutos.*

*Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.

Agostinho Martins do Vale.

Albano Pereira da Cunha Pina.  
 Alfredo Fernando de Carvalho.  
 Álvaro Monteiro.  
 Amadeu da Silva Cruz.  
 António Barros dos Santos.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Chaves Medeiros.  
 António Duarte Arnaut.  
 António José Pinheiro da Silva.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Manuel Maldonado Gonçalha.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Beatriz Almeida Cal Brandão.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Justino Luís Cordeiro.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
 Fernando Reis Luís.  
 Florival da Silva Nobre.  
 Francisco António Marcos Barracosa.  
 Francisco de Assis de M. Lino Neto.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 João Alfredo Félix Vieira Lima.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 João Joaquim Gomes.  
 João da Silva.  
 Joaquim José Catano de Menezes.  
 Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 José dos Santos Francisco Vidal.

ção para a adaptação desta indústria ao avanço tecnológico indispensável.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Reigoto para uma intervenção.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Comecemos por mencionar as conclusões a que chegou a Subcomissão de Educação, incumbida de analisar a situação do Instituto Politécnico de Vila Real que passo a citar:

- a) Se atentarmos ao número de docentes já doutorados ou especializados no estrangeiro ou que trabalharam em centros de investigação nas ex-colónias, verificamos que o Instituto Politécnico de Vila Real possui um elenco de técnicos profissionalizados capaz de dar resposta ao que se exige de uma licenciatura;
- b) Do que observámos e comprovámos pela vasta documentação que nos foi entregue, é evidente a qualidade de trabalho neste Instituto. Contém estruturas que lhe permitem completar a sua acção formativa e informativa, complementada imediatamente com a passagem a instituto universitário;
- c) Sobre os planos de trabalho realizados ou em curso, o Instituto Politécnico de Vila Real está a dar pleno cumprimento ao Decreto-Lei n.º 402/73, que definia este instituto como um centro de formação técnico-profissional, a quem compete ministrar o ensino, promover a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental, tendo em conta as necessidades no domínio tecnológico e no sector dos serviços, particularmente os de carácter regional.
- d) Prevê-se que o Instituto Politécnico de Vila Real possa vir a atingir 800 alunos com o funcionamento dos cinco anos do curso que corresponderiam à licenciatura nos três ramos profissionais que ali se leccionam.

Se acrescentarmos: Que está dotado de um laboratório que a muitas Universidades já existentes causa inveja; que a área provincial de Trás-os-Montes ocupa cerca de 1 038 000 ha, dos quais 210 000 ha estão efectivamente arborizados; que a sua área de influência poderá corresponder a 3 200 000 habitantes, constituindo 1 100 000 de população activa, da qual 400 000 se encontram ligados à actividade agrária; que o sector pecuário é extremamente rico, não restam dúvidas que se impõe a criação do Instituto Universitário de Vila Real.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na verdade, há na terra transmontana e alto-duriense, simultaneamente altaneira e humilde, muitos problemas que requerem lúcida e persistente intervenção e participação de inteligência e boa vontade.

Problemas como construção e renovação das vias de comunicação, de repovoamento florestal, da mecanização da agricultura, da urbanização e higiene, da criação de novas indústrias, da emigração depauper-

rante e desordenada, da erosão, do aproveitamento termal, da crise da viticultura, do aproveitamento da produção animal, da exploração mineira, etc. ... Questões, sem dúvida, todas importantes exigindo a actuação do Governo.

Mas há uma outra questão que se sobrepõe, ou deve sobrepor-se, em minha opinião, às mencionadas, pois dela depende a resolução ajustada das restantes.

Refiro-me à necessidade de saber aproveitar o melhor e o mais possível a energia renovadora e criadora que é a juventude.

Mais do que os grandes empreendimentos de aproveitamento da energia hidroeléctrica, da mecanização da vinha, da abertura de novas rodovias, da exploração mineira, etc., julgo ser de capital prioridade a criação de processos e organismos educativos tendentes a arrancar da frustração, as indefinidas riquezas espirituais que, tantas vezes, definharam e morrem à míngua, no limiar da vida.

É evidente que esta questão, nesta altura, diz somente respeito a Trás-os-Montes e Alto Douro, muito embora reconheça dever alargar-se a todo o País.

É bom, sem dúvida, detectar e trazer à superfície as riquezas que no subsolo desta bela e velha terra transmontana existem, mas é mil vezes melhor, como diz o Prof. Sant'Ana Dionísio, perscrutar e revelar, arrancar e salvar do subsolo das indefinidas possibilidades que se chama o povo às obscuras e tenras realidades preciosas, que se designam pelas vagas expressões de pessoas ou almas ainda incipientes ou germinais.

Saber onde estarão as grandes e discretas riquezas ocultas e tentar, com a maior generosidade e solicitude possível, ajudá-los a ser o mais e o melhor que poderão vir a ser — eis a grande tarefa e grande obrigação daqueles que não esquecem, nem ignoram que a Humanidade é uma perpétua e tenra infância em luta com as terríveis leis da morte e da velhice.

Quem poderá saber quantas virtualidades, para não dizer quantas realidades expectantes, se encontram, por vezes, a dois passos de nós, ou mesmo a nosso lado, à espera de um esclarecimento, de uma indicação ou de uma ajuda?

Neste exacto momento algumas dezenas de jovens transmontanos necessitam de amparo, no sentido de uma educação adequada às suas promissoras vocações ou virtualidades e pensam no seu instituto universitário que lhes dará possibilidades de mais se valorizarem, enriquecendo-os e enriquecendo o País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Devemos ter em vista este grande objectivo: Procurar facultar os meios de máxima realização para aqueles educandos, crianças ou adolescentes, que deram ou dão sinais de maior merecimento e melhores dons. Porque essa é que é a grande riqueza.

O Instituto Universitário de Vila Real será um motor para o desenvolvimento desta região e deve ter como objectivo primordial o de servir o homem oferecendo condições aos agricultores, criadores e outros, dinamizando populações e evitar o êxodo rural maciço, que a continuar nos levará à desertificação e, consequentemente, à própria degradação da paisagem e da região.

Será, em parte, descolonizar Trás-os-Montes, que mais do que nunca se encontra colonizado. Os seus

objectivos deverão ser: criação de condições necessárias à fixação dos elementos humanos necessários à implantação e desenvolvimento de um autêntico ensino universitário; promoção efectiva dos recursos humanos, através de uma generalização a todas as camadas sociais e etárias de programas de educação, que possibilitem não só o desenvolvimento cultural e social das populações como também as preparem para a participação social e para o exercício de uma actividade profissional que constitua factor de valorização e de promoção sócio-económica; implantação de uma maior rede escolar e expansão e diversificação dos meios de ensino criando condições de acessibilidade a elementos provenientes de estratos sócio-económicos mais desfavorecidos. Pensamos que, em qualquer caso, as actividades agrícola, silvícola e pecuária deverão trazer uma elevada contribuição para reestruturação desta área-problema, que é a região transmontana.

Assim, o Instituto Universitário de Vila Real ajudará no relançamento de novas iniciativas e contribuirá, com o seu apoio, ao desenvolvimento e reestruturação de toda a economia da região e até para a descoberta das suas mais promissoras potencialidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Toda esta região, mas reportando-se sobre tudo aos seus principais centros urbanos, Vila Real e Bragança, está deficienteamente equipada, quer em matéria de serviços, quer de equipamentos urbanos, notando-se um grau de dependência demasiado elevado em relação a outros centros urbanos, por exemplo Porto e Braga, por insuficiência dos seus principais centros urbanos, Vila Real e Bragança.

Bem merece Vila Real que lhe seja garantido um tipo de equipamento de nível hierárquico elevado e que possa, por um lado, atrair e fixar quadros qualificados e, por outro, exercer uma capacidade captadora de fluxos de alunos.

Vila Real desempenha dentro da região uma função de efectivo núcleo polarizador, bem como Bragança, Chaves, Mirandela e Peso da Régua, a nível mais restrito. Por sua vez, um instituto universitário como pólo de desenvolvimento que é, contribuirá grandemente para o desenvolvimento da região e dar-se-á então especial atenção ao centro urbano de Vila Real como polarizador de uma vasta área.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Como Deputado transmontano que me honro de ser, não poderia terminar esta minha intervenção sem publicamente e nesta Assembleia da República manifestar o grande apreço que toda a região tem pelo seu instituto e louvar o seu corpo docente e discente, pois será especialmente graças a eles e ao seu esforço que se ficará a dever a criação do Instituto Universitário de Vila Real, no caso de esta Assembleia votar favoravelmente o presente projecto de lei.

O Grupo Parlamentar do CDS, consciente das necessidades de desenvolvimento da região, mas também das fortes carências que nos limitam, dará o seu apoio na generalidade ao projecto de lei n.º 131/I e apresentará na comissão parlamentar, para votar na especialidade, as emendas que lhe parece deverem ser introduzidas ao projecto original para que Vila Real e a região transmontana sejam

favorecidas com verdadeiras estruturas universitárias que funcionem e se dignifiquem e não com quimeras falaciosas e irrealistas, que os povos sempre acabam por pagar a alto preço.

Termino dizendo que os valores mais importantes e ocultos de Trás-os-Montes e Alto Douro não são, em rigor, os seus depósitos de minério, os jazigos de ouro, de ferro, de volfrâmio, as suas termas, ou o vinho do Porto, mas sim os seus valores humanos, tantas vezes invisíveis e desperdiçados. E é em nome desses valores humanos que eu, Srs. Deputados, apelo para que aprovem o projecto de lei n.º 131/I, que cria o Instituto Universitário de Vila Real.

*Aplausos do CDS, do PSD e dos deputados independentes sociais-democratas.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio para uma intervenção.

**A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: — Os dois projectos de lei em apreciação hoje nesta Assembleia colocam aos Deputados um profundo problema de ética política, obrigando-os simultaneamente também a repensar qual o conteúdo da democracia representativa.

Nenhum dos Deputados aqui presentes, e especialmente os que sobre estes assuntos da política educativa são obrigados a debruçar-se de perto, deixarão de compreender a genuinidade e a legitimidade das aspirações das populações de Trás-os-Montes, das Beiras, ou de muitas outras regiões do País, que também aqui deveriam hoje ser relembradas, aspirações e direitos de acesso aos mais altos graus do conhecimento.

Somente o problema que a cada um de nós se deve pôr é o de verificar até que ponto uma solução imediata destas aspirações legítimas, ainda que desejada majoritariamente, é a solução mais correcta e não comprometerá a médio prazo a satisfação justa dos direitos à educação e ao ensino em igualdade de oportunidades para todos.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Exercer a democracia nem sempre é dizer sim ao que uma possível maioria exige. É, antes de decidir, analisar responsávelmente as consequências desse sim em termos do futuro dessa mesma maioria e ser capaz de enfrentar a objectividade e a verdade.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Se me é permitido, Srs. Deputados, recordaria a propósito a sabedoria chinesa, implícita neste seguinte provérbio: «Quando vires alguém com fome, não lhe dês um peixe, ensina-o antes a pescar.»

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O aparecimento nesta Assembleia dos dois projectos de lei em apreço (e quantos mais não virão na sua sequência) pode entender-se segundo três ordens de razões, que passo a explicar.

A primeira e a fundamental, deriva de não existir definida ainda hoje uma política global e orientadora do ensino superior, como não existe, de resto, relativamente aos outros níveis de ensino; o que se tem vindo a legislar e a programar neste campo têm sido medidas avulso, de significados diversos ou ambíguos,

muitas vezes desarticulados, com incidências na área curricular, na do acesso dos alunos, na adequação às necessidades de mudança qualitativa e quantitativa de recursos humanos, na adaptação aos interesses, quer das camadas jovens, quer dos adultos, quer das categorias profissionais diversas, incluindo os docentes.

Não duvidamos que por detrás de todas as medidas que neste sector têm vindo a ser tomadas pelo Ministério da Educação e Cultura exista um pensamento político, claro, coerente e preciso. Assim no-la fazem entender algumas declarações públicas e algumas informações não oficiais.

Mas o que esta Assembleia não tem, não conhece, não sabe, é qual é o quadro global de política de ensino superior que inclusive por ela tenha sido discutido e aprovado e ao qual possa referenciar problemas particulares ou projectos específicos que diariamente caem nesta Assembleia para apreciação.

Não é altura de inumerar as múltiplas questões, petições e problemas, relativamente ao ensino superior, que a Comissão de Educação e Cultura desta Assembleia tem de analisar. Para o fazer cada grupo parlamentar e cada Deputado raciocina em função do que pensa que é, ou do que desejava que fosse, a política do ensino superior do Governo.

Isto não pode mais continuar, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Trabalhar assim é deliberadamente desprezar a Assembleia da República, pedindo-se um cheque em branco à política educativa dos vários Ministérios que se sucedem.

Trabalhar assim é correr o risco de acentuar as múltiplas distorções, erros, rupturas do sistema do ensino superior do País... Trabalhar assim é, em suma, no meio da ambiguidade política, dar azo ao aparecimento de comportamentos demagógicos irresponsáveis ou descurar da defesa dos direitos de todos os cidadãos e especialmente dos das regiões e dos estratos sociais mais pobres, à educação, à cultura, à formação profissional, ao trabalho qualificado.

Relacionado com a problemática dos dois projectos de lei em discussão — e esta é a segunda ordem de razões — foi esta Assembleia posta o ano passado perante a decisão do Governo de diversificar o ensino superior. Medida acertada, unanimemente reconhecida por esta Assembleia, a qual, porém, teve de introduzir inúmeras alterações no decreto-lei que criou então o ensino superior de curta duração (que esta Assembleia sabe agora pelos jornais chamar-se «Ensino Politécnico», interrogando-se se isso é apenas alteração de nome ou também de conteúdo e de intenções).

Já por essa ocasião aqui explicitámos que a medida tomada então tinha de ser equacionada, em simultaneidade com a reforma universitária, com a política de racionalização dos recursos existentes, com as medidas de regionalização do ensino superior, com a definição de estatuto e carreiras profissionais dos diplomados do ensino superior de qualquer grau, com a carreira docente universitária ou não, com os graus académicos, com as possibilidades de sequência de estudos a níveis mais altos, com o reconhecimento e equivalência de diplomas no contexto da CEE, etc.

Tudo nos foi prometido ser tido em conta e durante bastante tempo acompanhámos esses trabalhos quando o PS estava no Governo. Informam-nos de que

tudo está a ser tido em conta. Mas a credibilidade tem limites. Srs. Deputados, a magia da apregoada lei de bases gerais já não chega para nos encantar e os melhores estudos, as mais tecnicamente elaborados, não são, obviamente, os que definem opções políticas, e aliás, esses estudos técnicos não nos retiram dúvidas sobre a legitimidade e a bondade de alguns pressupostos de partida.

A razão ponderosa de que o País exige outro tipo de profissionais qualificados que satisfazam regionalmente actividades que reclamam esta ou aquela especialização técnica, reflecte, sem dúvida, argumentos importantes, mas necessita, para ser objectivamente aceite e avaliada, de uma base de planeamento, de perspectiva no futuro, de estudos da economia local e nacional explícitos. E como é possível fazer isso ou afirmar que se está fazendo isso a curto prazo quando não existe sequer um plano de médio prazo para o País e muito menos planos regionais aprovados?

Se nós, Deputados, nos interrogamos sobre a desarticulação de todo este sector, politicamente falando, se nos apercebemos que sub-repticiamente se vão cavando profundas dualidades na estrutura do sistema do ensino superior — a Universidade cada vez mais longínqua, inalcançável, isolada do País e o ensino de curta duração ou politécnico (chame-se-lhe o que se chamar), cada vez mais ainda uma nebulosa que nem sequer vem explicitado em termos convincentes no plano e orçamento anual do Ministério de Educação e Cultura, parecendo, no entanto, ser um programa tão importante para este —, como não hão-de reagir as populações?

Em política e em democracia não se pode esquecer o comportamento cultural das populações e as suas aspirações. Dar um instituto politécnico a Vila Real e à Covilhã quando nada lá existia, dar-se depois a esses institutos a possibilidade de equiparação universitária permitindo-se-lhes a realização de cursos de licenciatura e, de repente, retirar-se-lhes a licenciatura, ameaçá-los de serem reduzidos a escolas de ensino superior de curta duração, no qual se lhes exige que tenha uma fé inabalável de que será o ensino mais apropriado às suas necessidades, mas que devemos reconhecer, com realismo, poderá ser uma esperança, mas é ainda uma realidade desconhecida...

Que reacção esperar das populações, dos docentes, dos alunos, desses estabelecimentos?

Obviamente reclamar com argumentos que em si podem ser válidos mas insuficientes, que transformem o que têm naquilo que aparentemente não lhes restam dúvidas que será o melhor, o mais valioso: a Universidade.

E alguns, Srs. Deputados — esta é a terceira ordem de razão —, cuja generosidade política não pombos em causa, mas de quem também não duvidamos que avaliam já de antemão o peso dos votos, avançam com projectos de lei de criação de institutos universitários regionais como se um estabelecimento universitário, localize-se onde se localizar, não seja sempre um serviço nacional. E como se cada escola superior pudesse ser criada isoladamente por lei sem obedecer a um plano coerente nacional!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós, socialistas, não estamos dispostos a desprestigar esta Assembleia com aprovação de leis que são demagogicamente desnecessárias.

sárias ou que depois não se cumprem. Estamos conscientes de que o período que atravessamos não será o mais propício para grandes acções retumbantes no campo educativo. Mas o que fizermos, ainda que pouco, tem de ser bem feito, bem feito tendo em vista combater discriminações no acesso aos mais altos níveis de ensino e cultura, permitir a mobilidade dos jovens de forma a poderem beneficiar dos serviços culturais mais válidos e ricos existam onde existirem, criar igualdades de oportunidades — o que é diferente de igualdade de condições de acesso —, racionalizar e orientar os bens para os interesses de todos. E, sobretudo, fazer isto com coragem sem enganar as populações.

Aliás, se se devem combater as assimetrias regionais e descentralizar decisões e serviços, devemos reconhecer também que não é um mal em si existirem centros urbanos que pela sua dimensão cultural são propícios ao desenvolvimento de certos centros de ensino e investigação, contanto que pela modalidade todos possam em dadas épocas da vida beneficiar deles. Já não estamos na Idade Média!

No caso da proposta de criação dos novos institutos universitários restam-nos profundas dúvidas se, em relação aos objectivos descritos e na nebulosidade que é hoje o ensino superior, tal medida seja uma defesa correcta dos direitos à educação e cultura dos jovens e adultos dessas regiões.

Explicaremos em parte porquê com perguntas que já anteriormente formulámos, nomeadamente na Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, perguntamo-nos se dentro da actual legislação, como já referi, é possível, sem desarticular o que existe, criar institutos universitários, compreendidos estes como estabelecimentos de ensino superior flexíveis, com autonomia suficiente para fornecerem por si próprios, quer cursos superiores de índole tecnológica e profissionalizante, quer cursos de índole de aprofundamento de conhecimento científico e humanista e de investigação de base, ainda que em áreas específicas? Quer-nos parecer que tal não é possível à luz da legislação existente, o que no meu entender pessoal e relativamente a casos específicos deverá ser revisto porque corresponde a um conceito de diversificação do ensino superior, circunscrito a estabelecimentos e não vertical. Se assim fosse tudo se resumiria a uma questão de nome e pouco interesse teria toda esta discussão.

Ora, ao criarmos nesta actual conjuntura educativa um instituto universitário não estamos a conceder às regiões os cursos existentes, que todos reconhecem da maior utilidade para a região, mas a possibilidade de licenciatura, ou de outro qualquer grau de nível superior aos diplomados dos cursos politecnicos, mas um outro tipo de ensino universitário que na economia cultural deste pequeno país não me restam dúvidas que será se não sempre, pelo menos a curto e médio prazo, um ensino universitário desvalorizado, incapaz de dar aos seus diplomados o estatuto social que as velhas Universidades fortes e defensoras do seu prestígio darão aos seus.

Por outro lado, restam-nos dúvidas que seja possível assegurar um fluxo razoável de alunos da região para estes novos estabelecimentos universitários — e simultaneamente para o ensino politécnico de que

também carecem — de forma a garantir níveis razoáveis de frequência, de frequência aberta para todos e não apenas para aqueles jovens cujos meios económicos e culturais lhes não permita «descer à cidade». Estar-se-á a assegurar assim a igualdade de oportunidades ou a cavar ainda mais os fossos existentes?

Srs. Deputados, tenho pena que nestas intervenções não seja possível usar os meios áudio-visuais, porque se fosse possível mostrar a rede do ensino superior da França ou da Espanha e colocá-la ao lado daquilo que está projectado para o nosso país, veríamos como estamos a pulverizar esse tipo de escolas.

Para além do mais, não estamos convencidos que uma Universidade desenquadradada de um plano regional coerente constitua por si um motor de desenvolvimento. Quem é capaz de confirmar que para essas regiões a existência de uma «Universidade de via reduzida» satisfaz melhor as necessidades culturais da população jovem e adulta do que, por exemplo, a construção de uma boa rede viária ou aérea, que permita a mobilidade de pessoas, circulação de ideias e serviços entre regiões? E quem nos garante que é possível assegurar a estabilidade nas regiões de um corpo docente e investigador que garanta o nível e o prestígio desses estabelecimentos? E quem nos garante ainda que o mercado local de trabalho vai ser capaz de absorver o contínuo fluxo de diplomados que se formarão *in loco* e que estes diplomados não terão de se confrontar a curto prazo com outros a nível nacional?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Que fazer então?

Como já temos vindo a preconizar, é urgente definir o que se entende por diversificação do ensino superior e o que é que com ela se oferece ao País, em geral, e às regiões, em particular. A diversificação não pode ser confinada a estabelecimentos estanques. Ela tem também de ser considerada verticalmente garantindo — garantindo efectivamente e não com formas verbais — o acesso a outros níveis de ensino, à licenciatura, ao mestrado, ao doutoramento. Se hoje estamos pobres, ao menos que se dê à juventude a esperança de que ainda em sua vida lhes será possível satisfazer a avidez de conhecimentos e a mobilidade profissional e social a que aspiram legitimamente.

É preciso evitar a todo o custo a existência de um sector nobre de ensino e de um sector menos nobre. Tal só se conseguirá se se abordar no seu conjunto o sistema do ensino superior. E o mais importante nesta altura seria definir num verdadeiro sistema — que é diferente de um somatório de escolas — constituído pelo conjunto das instituições existentes ou previstas cujo papel seria assegurar a diversidade no quadro de uma planificação geral, em função dos objectivos de cada região e do conjunto nacional.

Só assim se poderá, por outro lado, regionalizar efectivamente o acesso ao ensino superior em igualdade de oportunidades. Para tanto não se pode desperdiçar os recursos humanos e financeiros de equipamento, distribuindo o pouco que existe por todos os distritos do País. Há que proceder, como em outros países, e mais ricos do que o nosso, a uma racionalização efectiva do que existe. Porque não criar regiões universitárias que coordenem, mediante convénios ou outras formas de colaboração, o património cultural, os recursos humanos e materiais que nelas

existem seja qual for o estabelecimento do ensino superior que possuam?

Até já assegure-se aos alunos existentes nos Institutos Politécnicos de Vila Real e da Covilhã a possibilidade de continuarem as licenciaturas que lhes foram prometidas, ali ou noutro sítio, e ao corpo docente, prestigiosas e adequadas condições de trabalho. Mas, sobretudo, defina-se uma política, explicitada através de programas concretos. Se o Governo não explicitar como tem prometido as orientações da política de educação que nos permita aferir estas questões, nós, socialistas, apresentaremos a esta Assembleia em breve um projecto de lei fundamental sobre o ensino superior.

*Aplausos do PS.*

E não cremos ser difícil, pois que não acreditamos, já o afirmámos em outros sítios, que toda esta ampla e grave problemática, incluindo o flagelo do Ano Propedéutico e do *numerus clausus* não possa ser digna e justamente resolvida.

Para isso há que fundamentalmente ter, Sr. Presidente e Srs. Deputados, humildade e coragem. Humildade para reconhecer que muitas dessas questões no seu quadro conceptual e teórico já estão amplamente e universalmente estudadas e debatidas e que só a nossa portuguesa tendência de discutir sem aprofundar, cedendo agora a esta pressão, acolá a outra, por vezes contraditória, ignora ou minimiza. Humildade para reconhecer que nem tudo, ainda que com a melhor das intenções, se fez, foi perfeito e acabado. Coragem para corrigir enquanto é tempo, e sobretudo para não nos autolimitarmos — para além das limitações extrínsecas e financeiras — na pequenez das decisões, na gestão do dia a dia. E ainda, a convicção forte de que o respeito pelas aspirações das populações locais é um assunto demasiadamente sério para ser satisfeito com simples medidas de concessão.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pires Fontoura.

O Sr. Pires Fontoura (PSD): — Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio, ouvi com muita atenção a sua intervenção que, aliás, não veio esclarecer a Câmara e não o fez por uma razão muito simples: porque o fundo da questão ficou indefinido.

Devo dizer-lhe, pela parte que me toca, que não houve nenhuma demagogia na apresentação deste projecto de lei, que visava e visa, única e simplesmente, resolver os problemas dos alunos que inciam, com os olhos postos no futuro profissional, os seus cursos e que vieram a encontrar a meio caminho uma barreira intransponível: o ensino superior curto que ninguém sabe o que é. Os politécnicos não foram criados para isso e na minha intervenção fui claro quando o disse.

A esses alunos atribuiram-lhe o grau de bacharel, grau que não tem saída nos quadros técnicos do MAP e que os vai obrigar a ficar relegados nas suas terras, naquela barreira intransponível criada em defesa do litoral e em despréstígio das gentes que habitam em Trás-os-Montes. Como homem de Trás-os-Montes, que não tem outra demagogia que não seja a do sentir

na carne o isolamento em que temos vivido, não acredito que se tomem resoluções dentro de quatro paredes que abranjam aqueles «desgraçados» que estiveram isolados social e culturalmente tantos anos.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Orador: — Não houve demagogia da minha parte, juro-lhe que não houve, o que houve foi uma vontade intransigente de poder interpretar os sentimentos dos Transmontanos, através das palavras simples de um homem que labutou e que não se formou porque o pai era pobre, de um homem que teve ao seu lado rapazes que se sentaram na mesma cadeira e que são hoje doutores em Lisboa, no Porto e em Coimbra, que não voltaram mais à sua terra e quando o fazem muitas vezes se envergonham de apertar a mão suja dos trabalhadores do campo e de serem tratados por tu. São homens que labutam na cidade e que não têm, por variadíssimas razões, vontade de voltar à sua terra, quer para ensinar os conterrâneos, quer para a desenvolver.

Não houve da nossa parte, ou pelo menos naquilo que me toca, o interesse de angariar votos. Para mim isso é o que menos interesse tem, embora ao meu partido interesse um eleitorado. O que acima de tudo nos interessa é ter um eleitorado que não seja acorrentado por qualquer demagogia e que tenha como objectivo a defesa intransigente dos seus direitos e a solução dos seus problemas.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Orador: — A Sr.ª Deputada disse que não se conhece nenhum projecto que vise planificar o ensino superior a nível regional. De facto, na minha intervenção frisei bem, que de lei em lei, e sem se anularem umas às outras, chegámos à posição de um beco sem saída para aquele grupo de homens, para aquele grupo de rapazes, para aquele grupo de pais, que não têm alternativa na sua terra e que, por não terem dinheiro não podem estudar noutras regiões, não poderão seguir os estudos superiores. Pergunto: porque é que não se dá oportunidade a Trás-os-Montes de ter um instituto politécnico?

A própria comissão que se deslocou a Trás-os-Montes achou de todo o interesse a criação do instituto politécnico. Eu próprio, e embora fosse o mais simples e humilde, fiz parte dessa comissão e nessa qualidade quero que fique claro que, como pai e como homem que sentiu o problema dos estudantes, a nossa decisão foi tomada de uma forma consciente e honesta.

Não tenho instrução, não tenho graus, não tenho «canudos», mas tenho, isso sim, muito gosto e muita honra de ser transmontano...

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Orador: — ..., de ser um pai que procura educar os seus filhos e que procura que os outros pais tenham a possibilidade de o fazer.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Orador: — A Sr.ª Deputada disse que o projecto de instalação de escolas era desconhecido. Pela nossa

parte fomos à Secretaria de Estado do Ensino Superior, apresentaram-nos os dados que possuíam da futura distribuição das escolas, agora já com o nome de ensino superior curto, mas com a mesma filosofia e princípios.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Peço desculpa por esta «abertura» feita por um homem que sente bem dentro de si e na carne o problema que se está a discutir. Penso que me fiz compreender nos pontos que nos oferecem dúvidas. Não sabemos o que é o ensino superior curto, nem ninguém sabe, e por isso querer impingi-lo a politécnicos — que já têm trabalho feito e que já foram elogiados pelo próprio Ministro da Educação que lhes atribuiu o grau de bacharelato —, querer impingi-lo parece-me uma medida incorrecta.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Como há mais oradores inscritos para pedir esclarecimentos à Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio, pergunto-lhe se pretende responder já ou no fim?

**A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Presidente, prefiro responder já.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr.ª Deputada.

**A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Deputado Pires Fontoura, queria associar-me, quer à profunda sensibilidade que o Sr. Deputado demonstrou ter relativamente à necessidade de satisfazer as aspirações mais legítimas da população de Trás-os-Montes, quer à preocupação que demonstrou ter relativamente ao facto dessas aspirações não virem a ser satisfeitas.

E é exactamente por causa dessas suas preocupações que o meu partido tem uma perspectiva diferente para a resolução dos problemas que estamos a debater. Por me parecer que não se pode lograr as populações, dando-lhes soluções fáceis que não são a resposta correcta para as suas regiões é que julgamos que é incorrecto satisfazer de imediato a criação de uma coisa que não se sabe o que é e que ficará na ambiguidade.

Apenas relembro que o Instituto Politécnico de Vila Real foi criado em 1973 como estabelecimento de ensino superior com um grau académico de curta duração e voltado essencialmente para a profissionalização. E foi exactamente toda a ambiguidade gerada a seguir à criação da escola que permitiu que se criassem aspirações que iam para além daquilo que o próprio instituto poderia dar. Aos alunos que neste momento frequentam o Instituto Politécnico de Vila Real, tanto quanto nos informaram, foi-lhes oferecida a possibilidade de completarem as suas licenciaturas, inclusivamente através de cedências de bolsas de estudos, noutras Universidades.

O Partido Socialista não diz que não se procure criar condições para que os jovens, ou os adultos, das regiões transmontanas tenham acesso, quer ao ensino politécnico quer ao ensino universitário, que, como digo, não podem ser considerados um como nobre e outro como menos nobre; os Transmontanos têm de ter acesso a ambos. A forma de lhes dar esse acesso, a forma de criar igualdade de oportunidades de maneira a que todos eles — mas todos eles — pos-

sam, de acordo com as suas possibilidades ou vocações, frequentar um instituto politécnico ou uma Universidade, não é transformar o que lá existe numa coisa que não se sabe o que é.

Relativamente à planificação que diz existir do ensino superior ao nível de Vila Real, devo dizer-lhe que não ponho em causa — também acompanhei e li os relatórios apresentados à Comissão de Educação, Ciência e Cultura — o facto de existirem elementos que permitam equacionar a possibilidade de melhorar ou de corrigir determinados aspectos do ensino politécnico de Vila Real. Simplesmente o que penso é que esses elementos, e manifestei-o na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, não são suficientes. Por exemplo, não estão avaliadas as necessidades de mão-de-obra por especialização num horizonte temporal que nos permita verificar se não vamos «fabricar» mais diplomados do que aqueles que a região é capaz de absorver.

É este tipo de argumentos, bem como o estudo dos fluxos de alunos capazes de virem a frequentar esse estabelecimento vindos de outras regiões, que não estão feitos. Por isso, nada nos garante que se possa atingir uma frequência com o nível indispensável para o funcionamento de um estabelecimento de âmbito universitário. Aliás, esta é uma questão que terá forçosamente de ser encarada a nível nacional, e não estabelecimento a estabelecimento, tendo de se fazer uma planificação do sistema do ensino superior. Existe aqui uma ambiguidade que não nos permite resolver correcta e satisfatoriamente as aspirações legítimas que o Sr. Deputado e as populações transmontanas manifestam. É necessário criar um quadro mais amplo para poder decidir correctamente e para não impingir às populações aquilo que não sabemos que pode vir a resultar.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio, em grande parte da sua intervenção fez críticas à inacreditável indefinição da política dos sucessivos Governos em matéria de ensino superior, e não só. Ao facto por nós tantas vezes aqui verberado — mesmo quando o seu partido estava no Governo — de os sucessivos Ministérios fazerem reformas não só contraditórias, como já demonstrei na minha intervenção, mas também de as fazerem por portaria ou por despacho, gostava de lhe perguntar se isso é uma autocritica ou, pelo menos, uma crítica à governação de mais de dois anos do seu partido.

**O Sr. Moura Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Em relação aos Governos posteriores, nós próprios temos aqui dito que essa crítica continua a ser legítima, pois continua a verificar-se um abuso inadmissível, de que, aliás, a Sr.ª Deputada deu um exemplo, e que é o de os responsáveis do actual Governo falarem na transformação do ensino superior curto em ensino politécnico, polivalente ou não sei, que nome. Com que cobertura legal se faz isto? Mas como é possível fazer isso se há uma lei desta Assembleia que não fala em tais termos? Esta

pergunta não é tanto para si, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas para o Governo.

Portanto, em relação à primeira parte da sua intervenção até estou de acordo com ela, já que até nos antecipámos a essas críticas e às indefinições governamentais sucessivas. Mas é em relação à segunda parte da sua intervenção que queria colocar-lhe algumas questões.

Em primeiro lugar, agradeço-lhe as referências à nossa generosidade e ainda bem que, pelo menos, vamos até aí.

Diz a Sr.<sup>a</sup> Deputada que não se vão conceder os cursos de utilização própria para a região. Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando ouço isto e vejo o que se fala em produção animal, florestal e agrícola para Vila Real, pergunto-lhe: mas que País é este em que esses cursos são dados no Terreiro do Paço? É então Lisboa, onde se encontra o único instituto superior agronómico do País, o local mais adequado para dar cursos de produção florestal, animal e agrícola? Como é compreensível que em todo o Norte do País não haja, mesmo a nível universitário, um curso de agronomia? Como vê, Sr.<sup>a</sup> Deputada, essas certezas são sempre reversíveis. Como é possível pôr qualquer objecção, ou sequer duvidar, que um curso de agronomia ou de produção florestal não seja adequado em todo o Norte do País? Isto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é uma questão puramente falsa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Pedro Roseta, peda-lhe o favor de ser mais breve.

**O Orador:** — Com certeza, Sr. Presidente.

Falou também a Sr.<sup>a</sup> Deputada no desperdício de equipamento. Pergunto-lhe se não será antes um desperdício terrível de investimento ter-se já feito um edifício, terem-se gasto verbas ao longo dos últimos anos e não aproveitar aquilo que se criou nestas regiões, nomeadamente em Vila Real e na Covilhã. E não falo só nas instalações, mas também nas máquinas e até em embriões de investigação científica que já existe no próprio espírito e na própria prática e ainda nas ligações entre o corpo docente e o discente existente. Ora, a não ser aprovado o nosso projecto de lei estou convencido de que tudo isto será perdido, porque o que acontecerá será a extinção pura e simples destas instituições.

Falou também, a título marginal, na muita crítica que há ao Ano Propedéutico. Evidentemente que falo muito com isso, só que resta saber quem o terá criado. Como sabe, fomos daqueles que mais o criticámos.

Diz a Sr.<sup>a</sup> Deputada que se corre o risco de se fazerem institutos universitários e depois a população não se fixar. Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é ou não verdade — como já foi dito pelo meu colega Pires Fontoura — que se não houver nessas zonas instituições de ensino superior, incluindo o universitário, há uma fuga dos melhores? E isto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é um facto real que não se pode ignorar. Há, por razões várias que não interessa estar agora aqui a discriminá-lo, uma tendência das pessoas para ficarem...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Pedro Roseta, tenha paciência, mas terá de concluir.

**O Orador:** — Vou já concluir, Sr. Presidente, mas peço a benevolência que teve para com os meus colegas que me antecederam.

Como ia dizendo, há uma tendência para as pessoas ficarem nas regiões em que concluem os seus cursos. Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, pergunto se a não existência destas instituições não será antes a abertura a um fluxo de jovens que não voltarão a estas regiões. Numa outra intervenção talvez possa vir a falar deste problema, mas isto não será até agravado por um fluxo que já se vem verificando para as próprias Universidades da fronteira espanhola?

Queria que a Sr.<sup>a</sup> Deputada me esclarecesse sobre estes problemas, nomeadamente aquele que não só eu próprio como também já outros oradores e a própria Sr.<sup>a</sup> Deputada focou da violação de direitos adquiridos, da violação das expectativas legítimas daqueles alunos que entraram para um curso convencidos de que tinham o bacharelato e a licenciatura e que chegam depois ao fim do curso sem nada, bem como se a existência de focos culturais no interior do País se pode pôr em termos de mera rendibilidade. Isto porque me pareceu que põem em termos de mera rendibilidade — evidentemente apenas quando se trata do interior do País, porque não vi aqui ninguém colocar estes problemas quando se trata de outras regiões — as questões da violação de direitos adquiridos, das expectativas legítimas de alunos que entraram para estes cursos com a convicção, com o direito, diria mesmo, de terem a licenciatura, e isso foi aprovado, para depois virem agora, tardivamente, dizer que não há elementos. Mas como é que agora a Sr.<sup>a</sup> Deputada vem dizer que os elementos não são suficientes se os Governos chegaram a decretar que estas instituições podiam dar a licenciatura? Houve ou não, nessa altura, uma lei neste país em que se dizia que os institutos politécnicos podiam conferir licenciaturas? E nessa altura havia ou não elementos para se fazer essa lei? Isto foi em 1976, Sr.<sup>a</sup> Deputada, e então só agora, passados três anos, e que se vem levantar esse fantasma?

Muitas outras coisas tinha a perguntar, mas já excedi o meu tempo. Julgo que, como vê, todas estas argumentações são efectivamente reversíveis. Mas, no fundamental, até estou de acordo com a Sr.<sup>a</sup> Deputada quando diz que foi a política dos sucessivos governos neste sector, a razão desta enorme indefinição, de que resulta não se saber o que é o sistema de ensino em Portugal, não se saber o que é o ensino superior em Portugal, haver instituições não enquadradas, etc. Neste sentido, também queremos ver estes problemas efectivamente resolvidos o mais depressa possível.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio.

A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS): — Sr. Deputado Pedro Roseta, vai-me ajudar muito a responder às suas perguntas porque as colocou em relação aos pontos-chave e que, aliás, tinha tentado equacionar na minha intervenção.

Já esperava a pergunta do Sr. Deputado relativamente aos dois Governos socialistas no campo da educação e é verdadeiramente com certo gosto que lhe torno a explicar que me sinto perfeitamente à von-

tade para chamar, por um lado, a atenção de que o Governo socialista foi encontrar uma desagregação de tal modo profunda no sistema educativo que muitas das medidas tomadas foram medidas rápidas, foram medidas imediatas de ataque à conjuntura e que provavelmente, com o evoluir da situação e a reorganização ou, pelo menos, uma certa disciplina das escolas, é possível e até legítimo a algumas delas revê-las.

Por outro lado, algumas das medidas que foram tomadas, no caso do ensino superior e, nomeadamente, da sua diversificação, inseriam-se num plano geral de reforma do ensino superior que naquela altura, nós, Deputados socialistas, conhecíamos e íamos acompanhando. Foi anunciado pelo então Governo socialista de que seria enviado para a Assembleia da República o plano geral de reequacionamento do sistema escolar, inclusivamente do ensino superior; foram anunciadas muitas leis, muitos projectos de lei — alguns deles levados ainda a Conselho de Ministros —, mas tanto o grupo parlamentar do Sr. Deputado Pedro Roseta como outros, não desejando que o Partido Socialista continuasse no Governo, puseram fim a essa experiência de que, de certa maneira, hoje sabemos ainda, os actuais Governos estão a beneficiar dos estudos já realizados. Portanto, se alguma coisa o Partido Socialista fez quando esteve no Governo, foi, por um lado, tentar estancar a desagregação que se tinha dado no sistema de ensino, nomeadamente com a lei que criou as licenciaturas desenquadradadas nos ensinos politecnicos, e, por outro, tentar iniciar uma profunda reforma do ensino superior que, devemos reconhecer, não tivemos o mérito de fazer mas a que quer no Governo quer na oposição, daremos um contributo — disso pode estar certo — bastante profundo.

Põe depois o Sr. Deputado a questão de que eu não comprehendo que não possam existir cursos de produção animal, etc., em Vila Real. Pois comprehendo que possam existir todos esses cursos, simplesmente tem de se ter em conta que há cursos de vários níveis que fornecem um determinado tipo de conhecimentos e preparam os diplomados com determinadas aptidões para o exercício de funções imediatas. E não nego que tanto no Instituto Politécnico de Vila Real como no da Covilhã existam alguns cursos bem programados que têm precisamente esse carácter profissionalizante, adequado de imediato às necessidades regionais. E se o Sr. Deputado me perguntar se não equaciono que haja também licenciaturas nesses campos, dir-lhe-ei que, com certeza, não vejo porque não hão-de versificarse esse tipo de licenciaturas. Estamos longe do conceito de cursos superiores por disciplinas, monodisciplinares, etc. Mas o que eu pergunto é por que e que hão-de ser em Vila Real. E o Sr. Deputado pode-me perguntar também por que razão hão-de ser em Lisboa. A minha resposta é que esses cursos devem localizar-se no sítio onde seja mais fácil fazer a máxima produtividade de todos os recursos existentes, quer ao nível de pessoal docente competente, quer ao nível de equipamento necessário à investigação, quer mesmo ao nível de outra coisa que o Sr. Deputado por vezes se esquece: é que uma Universidade não é um supermercado onde vamos buscar as coisas, que cresce e pronto é Universidade. A Universidade precisa de um certo ambiente, a Universidade tam-

bém d'á ambiente, a Universidade precisa de serviços culturais. Portanto, dêem-se os cursos de licenciatura no sítio onde realmente existam as condições mais favoráveis. O Sr. Deputado pode ainda perguntar-me: e esses sítios são sempre no litoral? Respondo-lhe que não têm de ser sempre no litoral. E aqui é que o Sr. Deputado não se antecipou a nós, antecipámos nós talvez a si, dizendo-lhe que não se equacionam isoladamente cursos e estabelecimentos, mas sim cursos e regiões universitárias. Não há nada que impeça que a região de Trás-os-Montes tenha, nesses cursos em concreto, cursos de licenciatura sob a forma de convénios e sob certas formas de colaboração com Universidades já estruturadas que forneçam os seus professores. E o Sr. Deputado que conhece tão bem a Europa, sabe tão bem ou melhor do que eu que em França os professores universitários se deslocam de uma Universidade para outra de avião a fim de darem cursos.

**O Sr. Presidente:** — Sr.ª Deputada, tenha paciência mas terá de abreviar, pois já falou durante seis minutos. O Sr. Deputado Pedro Roseta falou durante oito minutos e isto assim não pode continuar, pois estão a abusar da minha condescendência.

**A Oradora:** — Sr. Presidente peço desculpa mas não tinha cronometrado o meu tempo. Vou já terminar.

Apenas queria dizer ao Sr. Deputado Pedro Roseta que neste aspecto não há, quanto a nós, nenhuma violação de direitos adquiridos. As licenciaturas foram anunciadas, mas não foram regulamentadas e, portanto, não há realmente direitos explícitos. O que lhe posso dizer é que, apesar de tudo, aos alunos que entraram para esses cursos, na perspectiva de uma licenciatura anunciada mas não regulamentada, foi-lhes oferecida a possibilidade de continuarem essas licenciaturas com bolsas de estudo. Penso que aqui houve uma satisfação que me parece legítima e, a nosso ver, não há violação de direitos adquiridos.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Alguns não têm continuidade, Sr.ª Deputada!

**O Sr. Presidente:** — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio, longe de mim a ideia de ir procurar discutir consigo política de ensino — eu que a conheço há tantos anos como uma técnica de alto gabarito, perdoe-se-me o brasileirismo. Mas devo dizer-lhe que fiquei encantado com a sua intervenção. E fiquei extraordinariamente impressionado com o facto de a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio, com a longa experiência que tem, não ter localizado a sua intervenção nesta Câmara mas em outro país, que não o país real que temos. E fiquei também convencido que, de facto, a Sr.ª Deputada se esqueceu de todos aqueles colóquios e conversas regionais em que tanto participou.

Aproveitando o ditado que referiu, devo dizer-lhe que me parece que estes projectos de lei procuram, sim, ensinar as pessoas a pescar e não a dar-lhes o peixe: o peixe que as engana, que lhes resolve o problema do almoço mas que não lhes resolve o problema da vida.

Também me surpreendeu muito que ao procurar defender um certo basismo a Sr.<sup>a</sup> Deputada tenha acabado na defesa de uma *élite*. Se conhecesse a vida dos estudantes — e reporto-me à Beira interior —, a Sr.<sup>a</sup> Deputada não lhes resolvia o problema nem com o avião nem com as auto-estradas, até porque a grande dificuldade deles é ter alimentação para comerem durante a semana. E não tenha nenhuma dúvida, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que os tais meninos que referiu, sem os chamar como tal, continuarão a ter a oportunidade de ir para Coimbra, para Lisboa, para Manchester, para Londres e para vários países. Agora o que lhe posso dizer é que aqueles que hoje não podem sair de lá não sairão com auto-estradas e com aviões. Não pensa a Sr.<sup>a</sup> Deputada que se forem tomadas medidas cuidadosas no campo do ensino, permitindo um desenvolvimento, naturalmente gradual e a prazo — nem lhe refiro a médio prazo, mas inclusivamente a longo prazo —, elas possam contribuir para a correcção dos desequilíbrios regionais.

A outra pergunta que lhe queria fazer é a de que não encontrando a Sr.<sup>a</sup> Deputada justificação, como me pareceu não encontrar — ainda que não tenha definido o seu voto —, para um instituto universitário na Covilhã, encontra por acaso justificação para um instituto universitário em Évora que fique, em termos de tempo, a bem menos de metade da distância da Covilhã? Ou encontra justificação para a Universidade do Algarve? E estou a recordar-me que o Partido Socialista votou favoravelmente a criação desta escola superior no Algarve. Portanto, pergunto-lhe se é um *partis pris* contra a Beira interior, tendo em conta que já foram satisfeitos outros interesses em outras regiões que me parece não merecerem mais.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputado Teresa Ambrósio.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Presidente, agradeço-lhe que contabilizasse o meu tempo, pois às vezes esqueço-me.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio.

**A Sr. Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Deputado Carlos Robalo, penso que para se equacionar o direito dos jovens ou dos adultos de qualquer região no acesso aos mais altos graus do conhecimento, é necessário equacionar simultaneamente outros direitos sociais que eles têm. Um desses direitos sociais é o da elevação do nível de vida e, mais importante ainda e que muitas vezes é esquecido pelas pessoas, é o direito à mobilidade. Com efeito, já não estamos na Idade Média e os jovens querem mover-se e não terem de nascer, viver, morrer e trabalhar apenas numa única região.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Posso interrompê-la, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

**A Oradora:** — Faça favor.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Quem contrariou essa mobilidade foi a Sr.<sup>a</sup> Deputada. Na verdade, a

Sr.<sup>a</sup> Deputada não concebe que indivíduos que façam o seu curso universitário na Covilhã ou em Vila Real, por exemplo, procurem o seu posto de trabalho em qualquer outro ponto do País?

Quanto a este aspecto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, sou bastante mais ambicioso, pois penso que esses indivíduos devem até procurar esse posto de trabalho em qualquer parte do Mundo que lhes agrade e que o possam conquistar. Como tal, tenho um conceito mais amplo de mobilidade.

**A Oradora:** — Sr. Deputado Carlos Robalo, parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> não compreendeu essa parte da minha intervenção. Perguntei, inclusivamente, se estavam calculados os postos de trabalho capazes de absorver os diplomados que vão ser formados por estes institutos, tendo acrescentado que se não estiverem ainda calculados o que poderá vir a suceder é que esses diplomados procurem — o que é legítimo — os seus postos de trabalho noutras regiões.

É precisamente por este motivo, Sr. Deputado, que temos de pensar na equiparação e na equivalência de diplomas. Esta equivalência é muito importante, não só dentro do País, como também entre este e a CEE.

Ainda quanto ao aspecto da mobilidade, Sr. Deputado, pode acontecer que determinados estudantes não possam abandonar as suas terras por vários motivos. Contudo, isso não impede que não se vá até lá.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Então criam-se lá!

**A Oradora:** — Sr. Deputado Carlos Robalo, também não disse que não se criassem cursos universitários nessas regiões. O que eu disse é que a ambiguidade do sistema do ensino superior é de tal modo que neste momento uma universidade é uma universidade e um politécnico é um politécnico. Precisamente o que o PS pretende — e esta ideia vem já do período em que estávamos no Governo — é que haja possibilidade de nesses estabelecimentos haver também cursos de outra índole. Eu disse na minha intervenção que se devia diversificar o ensino superior, mas que não se isole em estabelecimentos estanques esse ensino. Ora a legislação existente, tal como está neste momento, não é nada propícia a que isso aconteça.

Por outro lado, o Sr. Deputado vai dar-me razão quando me pergunta se acredito que um dia possa vir a existir na Beira interior um desenvolvimento bastante grande. Pois, Sr. Deputado, se fui eu própria a dizer que quando houver planos regionais fundamentados e que dêem coerência às infra-estruturas de serviços sociais e culturais, por que razão não há-de existir esse desenvolvimento? No entanto, desconhecemos que neste momento existe uma tal situação.

Portanto, o que pode acontecer ao adoptarmos a solução que está preconizada é criarmos uma universidade de 2.º grau.

Perguntei-me ainda o que penso sobre o Instituto Universitário de Évora. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que não fui achada nem ouvida na criação desse Instituto. Será melhor fazer essa pergunta ao Governo do Dr. Marcelo Caetano.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — E do Algarve, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

**A Oradora:** — Também lhe posso dar uma explicação sobre esse instituto, Sr. Deputado. É evidente que a zona sul do Tejo está desprovida de qualquer ensino universitário. Há uma justificação, que foi tomada em consideração naquela altura, que é o facto de existir a necessidade de se criar uma universidade para a zona sul e localizada no Algarve. Teremos é de reequacionar os cursos aí existentes, em função da necessidade de criar o ensino politécnico.

Mas, Sr. Deputado, quando se comete — se é que se cometeu — algum erro, não há razão nenhuma para não se corrigi-lo.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Matos Gago.

**O Sr. Sérvelo Correia (Indep.):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Sérvelo Correia (Indep.):** — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Sérvelo Correia (Indep.):** — Sr. Presidente, quando a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio acabou a sua intervenção pedi imediatamente a palavra para pedir esclarecimentos.

Verifiquei que a palavra foi concedida sucessivamente a vários oradores inscritos depois de mim e, pelos vistos, vejo agora que o meu sinal nem sequer foi tomado em consideração.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Sérvelo Correia, lamento imenso, mas a Mesa não viu o seu sinal.

Contudo, se a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio concordar, V. Ex.ª poderá pedir os esclarecimentos agora.

**O Sr. Sérvelo Correia (Indep.):** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio, V. Ex.ª empregou, quer na sua intervenção quer agora nas respostas aos pedidos de esclarecimentos que lhe foram formulados, várias expressões que me surpreenderam. Uma delas, por exemplo, é a seguinte: «[...]uma universidade é uma universidade e um politécnico é um politécnico [...]».

Gostaria de saber se a Sr.ª Deputada concorda com a designação que vai ser agora dada, muito à última hora, às escolas de ensino superior curto, que apressadamente foram rebatizadas de escolas de ensino politécnico, parecendo ignorar-se que o ensino politécnico se caracteriza, nomeadamente em países como a Grã-Bretanha, não por ser um ensino de nível inferior ao universitário, mas por ser um ensino especialmente dedicado à tecnologia e às ciências exactas.

Por outro lado, a Sr.ª Deputada afirmou igualmente que as escolas universitárias a criar nas regiões do interior serão sempre escolas de ensino universitário desvalorizado. Gostaria de saber qual a razão por que a Sr.ª Deputada também embarca na presunção de que neste país tudo o que há de melhor terá de estar necessariamente concentrado no litoral deixando a 2.ª e 3.ª categorias ao interior.

Disse-nos ainda a Sr.ª Deputada que, caso o Go-

verno não apresente rapidamente perante esta Câmara, como aliás lhe compete, as grandes linhas do ensino superior do País, o PS avançaria com um projecto de lei — que presumo já esteja muito trabalhado neste momento. Gostaria de saber, para ficar mais esclarecido, se este projecto reconhece ou não como princípio político fundamental na equacionação do ensino superior que as duas grandes regiões populosas do interior — Trás-os-Montes e Alto Douro e a Beira interior — têm direito, como factor do seu próprio desenvolvimento, a ter uma escola universitária.

**O Sr. Presidente:** — Poderá responder Sr.º Deputada Teresa Ambrósio, se assim o desejar.

**A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Deputado Sérvelo Correia, o facto de empregar mais vezes o termo «politécnico» do que «ensino superior curto», é apenas porque me parece que o nome é mais apropriado e porque é assim que ele foi criado, nomeadamente em Vila Real e na Covilhã, como o Sr. Deputado sabe. Aliás, a expressão «ensino superior curto», que foi adoptado quando se criou o ano passado este novo tipo de ensino, corresponde também a uma designação internacional, como o *short cycle*, e que foi traduzido para o português porque abrange outros tipos de ensino, não propriamente tecnológico, e que foram elevados a nível de ensino superior, nomeadamente da formação de professores.

Portanto, se o ensino politécnico apareceu na Grã-Bretanha especialmente destinado a cursos de carácter tecnológico, a evolução dos sistemas de ensino superior, nos últimos cem anos, nomeadamente na década de 60, levou a elevar também a nível de ensino superior outro tipo de formação, não propriamente tecnológico, mas nomeadamente a formação de gestores, de professores, etc., tendo-se-lhes dado uma designação mais ampla, ou seja, «ensino superior de curta duração».

De qualquer maneira, o ensino politécnico tem uma carga mais valorativa do que o ensino superior. Penso, portanto, que é preferível chamar-lhe ensino politécnico. Contudo, trata-se apenas de uma questão de linguagem.

Sr. Deputado Sérvelo Correia, não desvalorizo, de forma alguma, o ensino nas regiões do interior. Creio até que disse na minha intervenção que não podíamos criar um ensino mais nobre e um ensino menos nobre. De facto, não estando ainda implantado o ensino politécnico — apenas sabemos que em 1980 vão abrir uma série de escolas, que há não sei quantos milhões de contos para se empregar nessas construções, que há um equipamento maravilhoso, que se estão a formar professores maravilhosos e que esse ensino vai ser muito bom... —, não podemos formar um juízo a seu respeito. Por outro lado, como ultimamente a Universidade se tem fechado e elitizado, deve-se definir muito bem o que é o sistema de ensino superior, em que o politécnico e a licenciatura são graus diversificados — como tal não há um mais nobre e um menos nobre. Neste caso, facilmente as populações aceitarão que em certo lugar existam os primeiros graus de ensino e cursos especializados politécnicos e que numa outra zona, mais provida de equipamento, se continuará a licenciatura ou existam cursos universitários.

Caso não se defina bem este aspecto, é evidente que a população rejeitará o ensino politécnico, o que seria grave para o País.

Portanto, é para que a população não rejeite o ensino politécnico e para que a Universidade não se feche em determinados objectivos que nada têm a ver com os objectivos da nossa sociedade, que digo que se tem de esclarecer o que é o sistema do ensino superior, quais as relações que existem entre este e o ensino politécnico ou, dentro de um mesmo estabelecimento, qual a relação que existe entre um curso e outro.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputada, já esgotou o tempo de que dispunha.

**A Oradora:** — Nesse caso termino aqui, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Matos Gago.

**O Sr. Matos Gago (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na generalidade iremos dar o nosso voto favorável à criação dos novos Institutos agora propostos.

Embora ambos os Institutos tenham nascido no papel de uma mesma política de fachada e irresponsável, as vicissitudes por que têm passado leva-nos a distingui-los.

Note-se, entretanto, que só no Governo Provisório foram nomeadas as suas comissões instaladoras e os Institutos passaram a ter vida.

Assim, debruçar-nos-emos, em primeiro lugar, sobre o projecto de lei n.º 131/I.

Em recente visita efectuada ao Instituto de Vila Real por uma subcomissão desta Assembleia, tivemos oportunidade de verificar *in loco* o bom ambiente de trabalho, o empenhamento e dedicação que, quer alunos, professores e restantes trabalhadores, lhe dedicavam.

Os representantes dos trabalhadores, através da União dos Sindicatos e a população em geral, manifestaram o desejo de o Instituto poder vir a tornar-se mais um pólo de desenvolvimento da região e minorar os encargos económicos, impossíveis de suportar para aqueles a quem a educação e o ensino ainda não são um direito.

Qual o trabalhador, pequeno comerciante ou cidadão comum que viva de um vencimento fixo, que poderá colocar o seu filho no Porto ou em Coimbra?

Igualmente nos interrâmos de toda a problemática da escola, desde a formação dos seus docentes, às áreas de conhecimento ministradas, bem como das infra-estruturas existentes.

Sem qualquer reserva, levantámos as mais diversas questões e visitámos desde o sofisticado «departamento» ao recôndito estábulo.

Sensibilizou-nos a forma franca e aberta como fomos recebidos.

Conta actualmente o Instituto com um corpo docente de sessenta e cinco professores, dos quais alguns se encontram no estrangeiro frequentando estágios e procedendo ao respectivo doutoramento, estando previstas deslocações idênticas para muitos outros, mercê de acordos e protocolos com vários países.

As áreas de conhecimento ministradas repartem-se pela produção agrícola, produção animal e produção florestal, com valiosos trabalhos de investigação, os quais, por outro lado, poderão perder toda a sua validade de engrandecimento e valorização da região se não forem enquadrados em tempo num plano director. Infelizmente para nós, Portugueses, neste sector específico da investigação este enquadramento não pecará só em Vila Real, mas constitui sim um mal nacional.

Se o referimos, é porque o Instituto Politécnico de Vila Real poderá ter um papel relevante neste campo, dada a especificidade dos seus cursos, as características das suas zonas de influência, bem como do equipamento e material didáctico que actualmente já dispõe.

A população estudantil, em grande parte constituída por trabalhadores estudantes tem sofrido oscilações várias ao longo dos últimos anos.

A política de indefinição e restrição do MEIC-MEC tem levado, por um lado, à deserção de potenciais candidatos à frequência do IPVR (Instituto Politécnico de Vila Real) e, por outro, tal como aconteceu no presente ano lectivo, fechar-lhes a porta mercê do *numerus clausus* atribuído ao Instituto.

Têm sido os alunos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as grandes vítimas da política educativa ultimamente seguida. Matriculados num curso que previa inicialmente a obtenção de um determinado grau e estatuto profissional, vêem-se, mercê de legislação posterior, defraudados nas suas justas aspirações.

Os estágios, também eles têm estado sujeitos a uma indefinição total e, os poucos conseguidos, são preteridos a nível de colocações nos quadros do funcionalismo.

Ainda bem recentemente, nos quadros do MAP (onde também neste aspecto se segue uma política de arbitrio e conveniência), repararam os diplomados pelo IPVR estarem colocados estatutariamente abaixo de outros profissionais a si de momento equiparados.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Um dos mais terríveis legados ao povo português pelo fascismo foi o analfabetismo e o obscurantismo.

Ainda hoje, mais de 1 milhão de indivíduos maiores de 14 anos não dominam os instrumentos básicos da leitura e da escrita. Não admira, pois, que ocupemos percentualmente, ainda hoje, a cauda da Europa na relação população/acesso ao ensino universitário, e de entre esta triste realidade só uns magros 5% são filhos de trabalhadores e do campesinato.

O projecto de lei n.º 131/I, do PSD, ao criar o Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, está em nosso entender a avançar em áreas que mais competiriam ao Governo.

Mas que tem feito o Governo nesta matéria?

**Vozes do PSD:** — Nada!

**O Orador:** — Retoma o ensino superior curto, agora tentando rebaptizá-lo com um outro nome o que nem pode fazer, e à revelia da própria Assembleia não explica concretamente quais os critérios da sua implementação. Porquê, por exemplo, uma escola de ensino curto em Faro e não em Beja? Como pensa o Governo dar concretização a uma Universidade criada por

esta Assembleia? Embora tivesse sido anunciado e publicado em alguns jornaais, está ainda por concretizar a apresentação a esta Assembleia da proposta de lei de bases do sistema de ensino.

Mas o povo português e os seus filhos não podem esperar eternamente! Daí que iremos dar na generalidade o nosso voto favorável ao projecto agora em discussão. Estamos certos que o futuro Instituto de Trás-os-Montes e Alto Douro não é uma escola feita, mas com o correcto apontar de objectivos que pretende alcançar, a experiência do seu corpo docente, a respectiva valorização profissional, poderá a breve trecho dar resposta positiva às justas aspirações da população.

Só com esta valorização profissional é que consideramos correcta uma efectiva regionalização. Caso contrário, manter-se-á um ensino igualmente classista, onde os grandes centros universitários serão da frequência dos de maior poder económico e as escolas regionais frequentadas pelos filhos dos trabalhadores.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Igualmente estamos de acordo que a diversificação do ensino superior passa pela criação de novos cursos em novas áreas e ramos de conhecimento, que é preciso implantar.

Discordamos do projecto de lei quando o mesmo prevê o Instituto Universitário com uma escola estanque, não avançando propostas de articulação entre os vários «patamares» do ensino superior e saídas profissionais para os vários níveis.

No entanto, aquando da discussão na especialidade, faremos chegar à Mesa propostas, que estamos certos irão ser bem acolhidas, de sentido realista e balizadas nos princípios da defesa dos interesses nacionais, da dignificação da escola e do desenvolvimento da região.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Veríssimo.

**O Sr. António Veríssimo (Indep.):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma das coisas que me têm dado contentamento nestes últimos anos ao percorrer terras de Trás-os-Montes e Alto Douro é sem dúvida o aumento dos alunos que frequentam os graus de ensino primário e secundário.

Tenho-os encontrado muitas vezes pelas ruas, estradas ou caminhos que os levam a pontos de concentração, para aí apanharem os autocarros que os transportam aos centros escolares a que pertencem.

E todas as vezes que me é dado sentir com mais profundidade este fenômeno expansionista de escolaridade neste meio rural, quer nascer em mim a impressão de que já chegou a Primavera às terras abandonadas onde nasci e onde vivo. Talvez porque aquelas crianças e aqueles jovens barulhentos e irrequietos com que me cruzo já vão tendo a educação mais perto dos beirais onde os seus fizeram ninho; talvez porque recordo, com amargura, os sofrimentos dos que antes partiam, de tenra idade ainda, para terras longínquas à procura de migalhas de saber, quase sempre à custa de trabalhos duros e vida difícil dos pais e dos irmãos; talvez porque se me atenua um velho sentimento de revolta, nascido em mim na

altura em que comprehendi que a maior parte do futuro das terras que mais amava nem essas amarguras e esses sofrimentos promissores poderia ter. Por tudo isto, talvez eu pense, em certas ocasiões, que já chegou a Primavera a Trás-os-Montes.

Mas a minha fome ancestral clama por uma Primavera de andorinhas que aprendam os primeiros e os segundos ou os terceiros voos junto dos seus, para um maior enriquecimento humano, cultural, social e económico de todos eles. E que depois ali permanecem e não partam, deixando nos que ficam mais pobres a desilusão de primaveras adiadas em cada ano que passa.

Contudo, este sonho, que herdei inconsciente das origens e que parece querer dar os primeiros passos na aparência da realidade presente, não basta para debelar o scepticismo de transmontano que também foi desaninhado.

É certo que se abriram novas escolas primárias, se multiplicaram escolas preparatórias, se alargaram ou desdobraram liceus. Não obstante, receio que os sistemas de ensino básico e secundário que estão a ser ministrados às crianças e aos jovens da minha terra, nas suas principais linhas de força e nos seus caracteres essenciais, não estejam bem adaptados ao meio sócio-económico donde derivamos.

Será esta educação capaz de transmitir, além de níveis de cultura geral, conhecimentos práticos das diferentes actividades agrícolas, florestais, industriais, etc., ao ponto de tornar, desde logo, válidos para o trabalho todos os educandos que vão ficando pelo caminho?

Mas um facto é inegável: há mais escolas e mais professores. Foram-se matando algumas sedes que vinham de longe. Neste campo, contudo, preencher necessidades é abrir necessidades novas. Aumentando os alunos nas escolas primárias e preparatórias, crescendo as admissões aos ensinos secundário e complementar, teria de haver maior procura do ensino superior.

E que ensino? A meu ver, especialmente aquele que levasse mais em conta o desenvolvimento económico e social, através de futuras actividades profissionalizadas e de possíveis reformulações de métodos de ensino mais consentâneos com as necessidades regionais.

E aonde ir procurá-lo? Na parte do possível, não mais lá fora pelo literal abaixo, como há séculos.

Antes, quem podia ia e ficava por lá às «berças» só em férias, para matar saudades. E quem não conseguia formar-se, mas já tinha iniciado os seus estudos, normalmente, imigrava também para as zonas urbanas ou para fora do País. Desviados do dia-a-dia da vida dos campões que os viram nascer, envernizados com conhecimentos que não tinham raízes para ali se fixarem e progredirem, só dois caminhos lhes ficavam para percorrer: fugir das zonas rurais para os meios urbanos cada vez mais saturados ou ficar, numa adaptação revoltada, nos locais onde poderiam ter sido, desde o começo, se para isso instruídos, factores positivos de desenvolvimento.

E Trás-os-Montes e o Alto Douro ficavam cada vez mais pobres. E que acontecerá à geração actual, a quem foram multiplicadas as esperanças?

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Julgo que para evitar alguns destes males e na tentativa de incrementar

a vida humana, cultural, social e económica do Nordeste do nosso país, criou o Decreto-Lei n.º 402/73 o Instituto Politécnico de Vila Real, que havia de entrar em funcionamento em Dezembro de 1975, com os recursos de produção animal, produção agrícola e produção florestal.

A este centro de formação técnico-profissional competia-lhe «especialmente ministrar o ensino superior de curta duração». Mas, na linha de orientação do decreto citado (que a par de uma predominância dada «aos problemas concretos e de aplicação prática» apontava também para uma promoção da «investigação aplicada» e do «desenvolvimento experimental»), o Instituto Politécnico de Vila Real foi dando aos três cursos uma estruturação que apontava para as licenciaturas respectivas.

Era este o desejo da escola, dos alunos e da região.

**O Sr. Fernando Pinto (Indep.):** — Muito bem!

**O Orador:** — E para isso os incitava o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 649/76, de 31 de Julho: «Podem nos institutos politécnicos ser atribuídos os graus de licenciatura e doutoramento.» Só para o grau de doutoramento é que exigia que as provas fossem sempre organizadas em colaboração com uma Universidade ou instituto universitário.

Mas o Decreto-Lei n.º 183/78 havia de dar um golpe mortal nestas justas, porque até prometidas, aspirações, ao atribuir aos cursos referidos o grau académico de bacharelato, legislando até que os mesmos deixariam de ser ministrados no final do ano lectivo de 1980-1981.

Outras legislações posteriores haveriam de deixar este caso em indefinição, ao mesmo tempo que eram criados cursos de licenciaturas na Universidade do Minho, no Instituto Universitário de Évora, na Universidade de Aveiro ...

E os alunos transmontanos? «Mostram a sua inquietação pela indefinição que tem acompanhado o problema da sua profissionalização e também o dos estágios, lamentando principalmente as perdas de tempo e atrasos a que uma tal situação os tem forçado.» Acabei de citar uma referência do relatório da Subcomissão de Educação, Ciência e Cultura que se deslocou a Vila Real e os ouviu.

«Por outro lado — continuo a citar o mesmo relatório —, sentem-se frustrados na continuação dos seus estudos. Embora seja facultado o prosseguimento do curso de produção animal no Instituto Universitário de Évora para efeitos de licenciatura, consideram que os currículos do Instituto Politécnico de Vila Real são mais amplos, o que em termos de aprendizado não lhes traz vantagem.»

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Há na área de possível influência do Instituto Politécnico de Vila Real uma agricultura atrasada e incipiente que urge modernizar e incrementar, especialmente no âmbito dos três cursos que ali são administrados: produção agrícola, produção animal, produção florestal.

**Vozes dos Deputados Independentes sociais-democratas:** — Muito bem!

**O Orador:** — O vale de Vila Pouca, a Veiga de Chaves com as terras de Barroso pedem com insis-

tência a resolução dos problemas da batata, que todos os anos os afligem. As terras de Bragança, com a potencial riqueza do vale da Vilarica, esperam que se demonstre que o solo das terras transmontanas não é tão pobre como tem sido fácil acreditá-lo.

**Vozes dos Deputados Independentes sociais-democratas:** — Muito bem!

**O Orador:** — A preservação de raças e a reprodução de gado bovino, lanígero, caprino e porcino, desafia um pouco por toda a parte o aparecimento de técnicas para valorização de pastos, de alimentos fibrosos, de análises de forragens, e para trabalhos de aproveitamento do valor nutritivo da grainha de uva e do bagaço da azeitona.

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:** — Muito bem!

**O Orador:** — O sector florestal pede que o beneficiem e os baldios gritam que os repovoem.

Os lavradores isolados da região demarcada durin-  
ze e os associados nas vinte e quatro adegas cooperativas exigem que se lhes façam análises aos solos para uma perfeita correcção e para adubações convenientes.

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:** — Muito bem!

**O Orador:** — Necessitam de um conhecimento mais completo de porta-enxertos e uma maior certeza do comportamento das castas com a variação dos solos, da altitude, da exposição e do abrigo.

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:** — Muito bem!

**O Orador:** — Clamam por uma enologia moderna, que venha a demonstrar a nobreza e todas as potencialidades do mosto transformado em vinho do Porto, e seja capaz de valorizar a generosidade dos vinhos de pasto durienses, ao ponto de poder provar que, depois de envelhecidos, poderiam competir em mercados internacionais com a fama do irmão mais rico, já conhecido em todas as partes do mundo.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** A triste realidade dos factos, confirmada pelo relatório da Subcomissão que se deslocou a Vila Real, é que a frequência do Politécnico é deminuta tão-somente pela indefinição que tem acompanhado o problema da profissionalização e dos estágios dos alunos e também pela impossibilidade de continuação, em Vila Real, dos seus estudos.

Sabemos, e confirma-se no mesmo relatório, que há alunos para ensinar — 23 485 em 29 liceus e 5057 em 24 escolas secundárias — e que há também professores competentes para o grau de ensino que todos na região desejam: 65 docentes com graus académicos, 17 dos quais a estagiar ou a preparar doutoramento no estrangeiro: 5 na Holanda; 1 na Inglaterra; 1 na França; 10 nos Estados Unidos da América.

É do relatório da Subcomissão o que a seguir diremos: «Se atentarmos no número de docentes já doutorados ou especializados no estrangeiro ou que tra-

balharam em centros de investigação nas ex-colónias, verificamos que o Instituto Politécnico de Vila Real possui um elenco de técnicos profissionalizados capaz de dar resposta ao que se exige de uma licenciatura.»

O Instituto Politécnico já é um importante centro de investigação com instalações adequadas e suficientes e com um trabalho já atingido que lhe dá honestidade bastante para que se possa realizar ali o que dispunha o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 649/76.

«Contém infra-estruturas — volto a citar o relatório da Subcomissão de Educação, Ciência e Cultura — que lhe permitem completar a sua acção formativa, complementada imediatamente com a passagem a instituto universitário, de modo que ali seja ministrado um ensino compatível com o grau de licenciatura. O Instituto está em condições de poder dar resposta.»

Pois que venha em boa hora e nos dê essa resposta, para que em breve possa entusiasmar todo o outro ensino na sua zona de influência.

Se amanhã as escolas primárias, numa pedagogia inteligente, procurarem incutir no seu mundo discente a nobreza do trabalho campestre, se nos ensinos subsequentes se apontar em traves mestras de ruralização, que levem os mais aptos e os mais motivados a cursos superiores de investigação aplicada e de desenvolvimento experimental (sem prejuízo de conhecimentos gerais que sejam asas para quem puder e quiser voar por outros céus), estarão dados os primeiros passos para a cura do êxodo patológico do mundo rural transmontano e para o seu desenvolvimento económico global.

E se, concomitantemente, se processasse uma modernização da agricultura em reformas institucionais agrárias, num movimento comercial até às vias de industrialização, em organização de créditos, no incremento do cooperativismo..., caminharíamos para um estádio sócio-económico que prenderia os filhos da terra ao seu torrão natal, num nível de vida digno para si e para os seus.

*Aplausos dos Deputados independentes sociais-democratas, do PSD e do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Malhó da Fonseca.

O Sr. Malhó da Fonseca (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Caberia naturalmente ao meu colega de bancada Deputado Adriano Rodrigues pronunciar-se sobre o tema em debate. A ele se deve boa parte do sucesso que auguramos para a pequena justiça que será feita na Beira interior, na consequente elevação do Instituto Politécnico da Covilhã a instituto universitário. A sua deslocação ao estrangeiro em representação desta Assembleia não lhe permitiu nesta fase final, a mais espectacular, mas certamente a não mais trabalhosa, dar o seu valioso contributo, do qual me encarrego, com menos brilho, com menos saber, mas com muita emoção, que me advém da minha condição de representante do povo beirão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Beira interior, considerando na mesma os distritos da Guarda e Castelo Branco, tem sido, continua sendo das regiões mais desfavorecidas do País.

Não é o momento oportuno para análises exausti-

vas que nos mostrem clara e inequivocamente a situação desfavorecida dos distritos referidos. Não consideramos, contudo, despropositado referir alguns indicadores comprovativos da mesma.

Assim, podemos referir que a capitação do produto, em relação à média do continente, é, respectivamente, de cerca de metade na Guarda e de cerca de dois terços em Castelo Branco. Se considerarmos o valor acrescentado do sector secundário, nos distritos referidos sobressai somente a cidade da Covilhã.

A inexistência de factores capazes de fixar as populações, oferecendo melhores condições de vida, originaram um movimento de despovoamento que nalguns concelhos tem aspectos alarmantes.

Nenhum dos concelhos dos distritos da Beira interior tem tido o dinamismo e as condições necessárias para fixar os seus saldos fisiológicos. Mesmo a Covilhã, o concelho mais industrializado da região, diminuiu de população nestes últimos decénios.

A fraca ou quase nula industrialização e uma deficiente estrutura urbana, que caracteriza os distritos da Guarda e Castelo Branco, serão os grandes responsáveis pelo despovoamento que se tem verificado.

Nos distritos referidos, e lembrando ainda alguns indicadores, poderá dizer-se que as condições de habitação são das de mais baixo nível do País. Assim, enquanto a média do Continente de habitações com água canalizada é de cerca de 30 %, no distrito de Castelo Branco é de cerca de 15 % e no da Guarda de 11 %. O panorama quanto a casas com esgoto não melhora e é de cerca de 10 % no distrito da Guarda e de cerca de 16 % no de Castelo Branco. A média no continente é de cerca de 40 %. A situação desfavorecida da Beira Interior é-nos claramente mostrada por qualquer indicador de nível de vida que utilizemos para analisar. O movimento populacional nesta região toma aspectos mais dramáticos pela evidente repulsão verificada. Não aconteceu a emigração do campo para a cidade. Não, os naturais da Beira Interior partiram predominantemente para o estrangeiro e, ainda, para os grandes centros populacionais do País, na busca do muito ou do quase tudo que lhes faltava e continua faltando nas suas terras.

A situação brevemente analisada aconselha a definir uma política de desenvolvimento regional, que, aproveitando as potencialidades existentes, evitando o desperdício de recursos, permita criar condições de vida dignas aos seus naturais. Terão de ser tomadas medidas para que os fenómenos de industrialização e urbanismo surjam como processos cumulativos susceptíveis de minorar as desigualdades a que os beirões do interior já estão sujeitos; terão de ser tomadas medidas que evitem que a dependência existente, em relação a outras regiões mais desenvolvidas, seja contrariada e vencida.

As potencialidades dos distritos da Guarda e Castelo Branco não são desprezíveis, mas as suas estruturas económicas e urbanas são demasiadamente carecidas.

A Beira interior poderá caracterizar-se como zona crítica, estando a sua população votada a um estado de decadência, onde as carências, nos domínios da assistência, da cultura e outros, são quase totais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Levado pelo interesse que a história merece ao meu colega Adriano Rodrigues, teremos de referir, depois de tantas tri-

tezas, que o valioso património histórico, cultural e artístico da Beira interior mostra que esta região também teve o seu apogeu, pois, de outro modo, essa monumentalidade não seria possível.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta região tem as suas riquezas, ainda que mal aproveitadas.

Valerá a pena referir, a título de exemplo, a Cova da Beira, com elevadas potencialidades agrícolas.

E que dizer também das elevadas e únicas no País potencialidades turísticas da serra da Estrela, tão poucas, cu melhor, tão mal aproveitadas?

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Na falta de aproveitamento das potencialidades da Beira interior se enquadra a necessidade de criar técnicos capazes de dar nova vida a esta região tão abandonada.

Neste contexto, entendemos que caberá amplo papel ao Instituto Politécnico da Covilhã, quando elevado a instituto universitário.

Mas a sua função só será cumprida se formos capazes de ampliar a sua acção.

A elevação deste mesmo Instituto Politécnico a instituto universitário será um primeiro passo.

A possibilidade da existência a título de exemplo, de licenciaturas em Engenharia Têxtil, Gestão e Engenharia Alimentar terá grande relevo nesta primeira fase, para um arranque decisivo para o desenvolvimento económico e social deste espaço geográfico que tão votado tem estado ao ostracismo.

Mas sejamos prudentes e entendamos bem que só estamos dando um primeiro passo, ainda que relevante.

A universidade da Beira interior será problema de futuro, mas para não cairmos nos erros passados temos de começar no presente a pensar nela.

A solução universitária do Instituto Politécnico deverá ser pensada como pólo dinamizador de acções de desenvolvimento regional.

Afigura-se, de momento e perante as dificuldades em que vivemos, como solução realista e inadiável, mas não a solução total em termos de futuro. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não podemos deixar esquecidas cidades como a Guarda e Castelo Branco.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — As populações destas cidades e das zonas que servem aliadas às suas potencialidades e às suas tradições no campo do ensino, impõem-nos que a breve prazo, e analisada a experiência que agora vamos certamente iniciar, voltemos a este assunto e façamos justiça a quem, com estoicismo, tem resistido tanto à sua carência.

Não é o momento oportuno para nos entusiasarmos exageradamente ou sermos levados por bairrismos, por vezes pouco esclarecedores.

Os homens da Beira interior, moldados em granito e coerência, entenderão e aceitarão esta decisão neste momento preciso.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas a sua coerência, a sua vontade, a sua firmeza, sabendo esperar, não os deixará esquecer a necessidade de se lhes fazer justiça. Aguardarão

até ao momento oportuno a elevação e diversificação dos graus de ensino na Guarda e em Castelo Branco. Mas teremos de saber que eles lutarão se justiça não lhes for feita.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Nas circunstâncias referidas, o Grupo Parlamentar do CDS, consciente da realidade da Beira Interior, consciente da necessidade imperiosa da tomada de medidas tendentes ao seu desenvolvimento, mas também consciente das dificuldades que nos assolam, dará o seu apoio, o seu voto favorável na generalidade ao projecto de lei nº 133/I.

Consciente da necessidade da melhoria do mesmo projecto de lei na especialidade, o Grupo Parlamentar do CDS apresentará na comissão respectiva, para apreciação na especialidade, as emendas que julga úteis serem introduzidas ao projecto em apreço.

Terá como preocupação dominante dotar a Beira Interior com um princípio de verdadeiras estruturas universitárias capazes de funcionarem e dignificarem significando a região e o País.

Não queremos quimeras falaciosas ou irrealistas.

O povo português não as quer e não as aceita. Os Beirões não as querem, não as aceitam e não as toleram.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio para pedidos de esclarecimento.

**A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Deputado, creio que nesta Assembleia o seu e o meu grupo parlamentar estão altamente interessados na correcção das assimetrias regionais existentes no nosso país, nomeadamente pelo desenvolvimento das regiões bem definidas.

Ora, o Sr. Deputado, baseado precisamente nessa preocupação e tendo em conta, como pressuposto, que uma Universidade favorece o desenvolvimento, pugna pela criação de um Instituto Universitário, uma Universidade reduzida, na região da Covilhã e servindo Castelo Branco. Assim, queria fazer-lhe a seguinte pergunta: partindo desse pressuposto e de um outro, de que com certeza não temos umas regiões mais privilegiadas em detrimento de outras, porque é que o seu grupo parlamentar não propõe também a criação de um Instituto Universitário em Viseu, em Bragança, em Santarém, em Portalegre e em Setúbal?

É que, sendo assim, Bragança também é uma região que necessita de ser desenvolvida e que tem altas potencialidades de desenvolvimento; Viseu é uma região que tem um património cultural perfeitamente reconhecido; Portalegre é uma região que todos desejamos tenha um desenvolvimento agrícola próspero; Setúbal é uma região de altíssimas potencialidades de desenvolvimento industrial; Sines será uma região de futuro desenvolvimento, de pólo industrial. Qual a razão, então, por que não se aplica o mesmo raciocínio e propõe a criação destes institutos universitários nessas regiões? Porque havemos de esperar para o próximo ano? Só quando existirem os politécnicos é que os transformaremos em Universidades?

**O Sr. Presidente:** — Para responder tem a palavra o Sr. Deputado Malbô da Fonseca.

**O Sr. Malhó da Fonseca (CDS):** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio, a Beira interior é uma região, quanto a nós, bem definida. A nossa óptica não é a dos distritos, como parece ser a da Sr.<sup>a</sup> Deputada. O problema das distâncias é para nós muito importante.

Além disso, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe, a Beira está completamente isolada e há necessidade de a dotar, para o desenvolvimento da região, de uma Universidade.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para dar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

*Troca de apartes entre as bancadas do PS e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, peço o favor de não interromperem o orador.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio procurou na sua intervenção dar um âmbito nacional à questão em debate, tendo eu próprio acrescentado que se tratava de facto de um problema de âmbito nacional, mas que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não estava a ter em conta o país real. Espanta-me que venha agora tratá-lo como um problema regional, até porque em termos constitucionais está prevista a criação de regiões Plano e o PS quando Governo teve preparados dois projectos de criação das referidas regiões Plano. Mais me surpreende ainda que o Partido Socialista fora do Governo tenha optado, em termos do grupo parlamentar, por um determinado projecto de criação de regiões Plano. Portanto, dotar determinada região de um conjunto de infra-estruturas não quer dizer que as infra-estruturas se generalizem.

Que condições específicas tem uma região como a do Algarve para que seja aprovada a criação nessa região de um instituto universitário ou de uma Universidade de forma a que mereça o apoio da bancada do PS para depois se vir falar num óptica de distritos?

Naturalmente que podia ouvir de todos os Srs. Deputados as referências a Setúbal, a Santarém, a Leria, e não sei que mais. Relativamente à Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio estaria longe de a ver advogar causa contrária com esse tipo de argumentação, e muito especialmente depois de ter referido a necessidade de se estabelecerem as necessárias vias de comunicação para essas regiões.

Francamente, já não sei se estava a ver uma via rápida, se estava a ver aviões, ou uma ponte aérea de helicópteros, feita de meia em meia hora, a transportar os beirões para Coimbra ou para Lisboa para assistirem às aulas. Isto para mim ainda é mais utópico quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada defende a mobilidade dos professores. É precisamente esse o problema que se põe.

Não estamos aqui na defesa intransigente de um corpo docente na Beira interior. O que estamos a defender é que se dote essa região de instrumentos ou instituições que permitam que aos beirões mais desfavorecidos a possibilidade de estudarem. E devo dizer-lhe que não estou a defender os meus inte-

resses, na medida em que o meu pai teve possibilidades de me mandar estudar para Lisboa. O problema que se põe aos beirões não é um problema de transportes, é um problema de alimentação, é um problema de carências.

*Apelausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Francamente admiro muito a defesa dos Beirões feita pelo Sr. Deputado do CDS. Contudo, não percebo porque não defende também os do Alto Alentejo ou os do Alto Minho.

Relativamente às outras questões, apenas digo que não falei em distritos. Falei em zonas onde era possível situar também institutos.

Não percebo também por que motivo se atrapalhou tanto na resposta que me deu.

**Vozes do PS:** — Ele não sabe!...

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Peço imensa desculpa à Câmara por estar a gastar-lhe o tempo, mas não quero deixar de prestar este esclarecimento.

Realmente quando nesta Câmara se pretendem tornar difíceis as situações fáceis e se tem a ousadia de se fazer a comparação da criação de um instituto universitário no Alto Alentejo com a criação de um outro na Beira interior, perguntaria à Sr.<sup>a</sup> Deputada o seguinte: Évora já passou para o Algarve ou é Marrocos? O Alto Alentejo não está já dotado de uma infra-estrutura universitária? Essas regiões não terão maior facilidade de acesso aos meios culturais, como seja o acesso à Grande Lisboa? V. Ex.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Deputada, perdeu a noção do tempo de viagem e das distâncias?

Sr.<sup>a</sup> Deputada, para se vir da Guarda para Lisboa gastam-se entre sete a oito horas de automóvel e num bom automóvel!...

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — E de Portalegre?

**O Orador:** — De Portalegre gastam-se duas horas, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — E de Bragança?

**O Orador:** — Bragança tem o problema resolvido com Vila Real, naturalmente. A Sr.<sup>a</sup> Deputada vai arranjando argumentos para justificar as suas não respostas...

E mais: as regiões que referi, além de estarem longe, não têm bons comboios nem têm aviões, e nos comboios existentes não há lugares de 1.<sup>a</sup> classe.

**O Sr. Luís Filipe Madeira (PS):** — É muito falho em Geografia.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Manuel Gusmão.

**O Sr. Manuel Gusmão (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP vai dar, na generalidade, o seu voto favorável ao projecto de lei n.º 133/I, que visa transformar o Instituto Politécnico da Covilhã em Instituto Universitário da Beira Interior, por três razões fundamentais: a primeira, é a de que a criação de um instituto universitário corresponde a aspirações das populações de uma região que se integra entre as regiões desfavorecidas do interior do País e, para a qual, entretanto, se pensa um projecto, o da Cova da Beira, que poderá estimular o desenvolvimento da região, e, em relação ao qual, o ensino universitário poderá desempenhar um papel efectivo de promoção económica, social e cultural, de importância não só regional mas também nacional; em segundo lugar, a criação deste ensino poderá permitir, embora não seja ele por si que resolva o problema, abrir mais possibilidades ao acesso de filhos dos trabalhadores da região ao ensino universitário, para além de poder permitir fixar na região alguns daqueles que dela oriundos vêm estudar nas Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra e tendem a radicar-se, depois de obtida a sua formação, na zona litoral do País. Segundo os números de que dispomos, no ano lectivo de 1978-1979, e tendo em conta apenas a Faculdade de Engenharia do Porto, a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e o Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, estão matriculados nos vários anos dos cursos de engenharia electrotécnica, mecânica, civil, minas, química e metalúrgica, respectivamente, 43, 118 e 321 estudantes, num total de 482, que residindo nos distritos da Guarda e Castelo Branco se deslocam para esses três centros universitários do litoral. Alguns destes estudantes estiveram, aliás, matriculados no Instituto Politécnico da Covilhã e transferiram-se para Lisboa, Porto ou Coimbra, dada a situação de indefinição e a interdição de matrículas no Instituto Politécnico da Covilhã.

De facto, o grau de concentração regional das Universidades é um dos factores de discriminação não só regional mas social em relação aos trabalhadores e seus filhos no que se refere ao acesso ao ensino superior. É claramente incomportável para muitas famílias a deslocação e manutenção dos seus filhos a estudarem nas Universidades de Lisboa, Porto ou Coimbra. E esta forma de discriminação regional entre o litoral e o interior não só tem fundas raízes de classe, como é, ela própria, perpetuadora das discriminações de que nasce.

Em terceiro lugar, não só a criação de um instituto universitário encontra algumas condições favoráveis no Instituto Politécnico da Covilhã e em alguns dos índices fornecidos acerca da população escolar secundária dos distritos de Castelo Branco e da Guarda, como poderá ser a única solução para a situação que tem vindo a agravar-se no funcionamento e funcionalidade do Instituto Politécnico da Covilhã e que deriva, desde logo, do modo como foi formado e do tipo de política em que a sua criação se inscreveu pelo Decreto-Lei n.º 402/73 e, depois, pela série de medidas, de contradições e de indefinições que sobretudo a partir de 1977 caracterizaram a política dos responsáveis do MEIC pelo ensino superior e que tem vindo a boicotar e a paralisar o Instituto Politécnico da Covilhã.

Assim, os números de matrículas reflectem esta situação: 143 em 1974-1975; 73 em 1975-1976; 103 em 1976-1977; 127 em 1977-1978; e 21 em 1978-1979, ano em que não foram autorizadas as matrículas dos cursos de formação de professores de Física e Química e Matemática.

Entretanto, note-se que os alunos que terminaram os cursos complementares do ensino secundário, segundo as estatísticas da educação de 1975, foram nos dois distritos de 773 para, por exemplo, 544 em Coimbra e 515 em Braga. Cifrando-se em 2600 alunos potenciais, número que poderá subir a prazo para 4000, segundo os dados de um relatório sobre a necessidade de conversão urgente do IPC (Instituto Politécnico da Covilhã) tendo em vista a criação do ensino universitário na Beira Interior.

Note-se ainda que o IPC conta com seis professores doutorados (três catedráticos e três professores auxiliares, um dos quais equiparado), oito assistentes em vias de obter doutoramento no prazo de cerca de três anos e cerca de cinquenta assistentes. O relatório de visita de uma subcomissão da Comissão Parlamentar da Educação, Ciência e Cultura infere aliás da qualidade dos currículos do corpo docente do Instituto.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, embora o projecto de lei n.º 133/I seja a oportunidade de procurar obviar as circunstâncias e responder a objectivos enunciados na justificação de atitude que vamos tomar na votação, várias reservas e considerações mais nos merece.

Primeiro, e como os meus camaradas Matos Gago e Zita Seabra em altura similar já manifestaram, parece-nos que não é esta a melhor maneira de proceder à regionalização e diversificação do ensino superior. Este processo, tomando a Assembleia da República a iniciativa de legislar na matéria, só se justifica, quanto a nós, pela necessidade de obviar à incapacidade e falta de vontade política dos últimos Governos nesta, como aliás em outras matérias. Este processo não pode no entanto ser seguido por meras razões eleitoralistas, arriscando-se levianamente a reeditar aspectos da política que criou — no papel — os actuais Institutos no papel.

Em segundo lugar, a regionalização e a diversificação do ensino superior deve obedecer, quanto a nós, a vários critérios e factores e enquadrar-se numa visão de conjunto sobre o destino do ensino superior e do sistema de ensino em Portugal.

Entre esses critérios quero salientar a necessidade de procurar sempre assegurar a qualidade científica, pedagógica e didáctica do ensino a ministrar; a necessidade de promover efectivamente a alteração do carácter discriminatório de classe no acesso ao ensino superior; a necessidade de ter em conta as necessidades regionais e nacionais de técnicos, quadros e especialistas nos vários domínios, campos e sectores do conhecimento e da actividade económica, científica e técnica; a necessidade de articular os centros de ensino universitário com as potencialidades e capacidades regionais e o seu interesse regional e nacional.

Tudo isto exige, Srs. Deputados, um mínimo de planificação central, embora participada e democrática, obedecendo aos preceitos constitucionais na matéria, e a uma análise o mais rigorosa possível da sociedade portuguesa e da sua evolução previsível.

Em terceiro lugar, e com base nestas breves notas, é importante sublinhar que a passagem à prática da lei que deste projecto sairá terá de incluir mecanismos que possam acautelar a sua validade e evitar o risco de se criar um instituto universitário que crie mais desempregados, de um instituto universitário sem condições técnicas e materiais que assegurem a qualidade e eficiência do ensino e da aprendizagem; repare-se, por exemplo, que o laboratório de física não dispõe de água e que há carências de equipamento básico.

Por outro lado, o modo como desde já se definem as licenciaturas a professar e o modo como se definirão outras parece-nos ou precipitado ou insuficiente.

Marcando prazos, haverá que garantir a participação na definição dos cursos e dos graus não só da comissão instaladora mas de elementos ligados a uma visão de conjunto do ensino superior português e às questões do planeamento central e regional.

Há ainda que garantir os mecanismos de apoio material, técnico e humano que não só garantam a qualidade do ensino, como criem condições, não só para a atracção não defraudadora dos alunos, mas também para a fixação dos professores.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Parece-nos que o texto da futura lei não pode ignorar a necessidade que se impõe de articular o Instituto Universitário com os institutos politécnicos e escolas superiores de educação que se projecta criar na zona, de modo a evitar que regionalização e diversificação não signifiquem desnecessária dispersão de esforços, e a impedir que os próprios estabelecimentos de ensino superior curto vñham a tornar-se nos *ghettos* ou becos sem saída que podem constituir.

Tendo em conta todas estas ordens de razão, apresentaremos, na especialidade, propostas de alteração e de aditamento que aperfeiçoem e tornem mais ponderado e eficaz o texto actual.

*Aplausos do PCP, do CDS e de alguns Deputados independentes sociais-democratas.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sérvulo Correia.

O Sr. Sérvulo Correia (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Por motivos diversos, que vão da defesa de um esquema de ensino superior sub-repticiamente imposto à revelia desta Assembleia ao simples desejo de travar as iniciativas de adversários políticos, tem-se procurado criar em torno do projecto de lei n.º 133/I um ambiente de descrédito que a passagem dos anos revelará imerecido e objectivamente reaccionário.

O que diria, há uma vintena de anos, a maioria dos letrados deste país se se lhes profetizasse que, nos nossos dias, haveria Universidades ou Institutos Universitários em Braga e em Aveiro, em Évora e nos Açores, e que subiria para cinco o número de Universidades em Lisboa? Naquela altura, eram ainda muitos os que sustentavam, fatalisticamente, que Portugal não tinha espaço nem trabalho para uma popu-

lação que ultrapassasse em maioria o limiar do ensino primário. A própria explosão do ensino preparatório e secundário, que já então se preparava, não era adivinhada nem realmente querida, e isso não só pelos responsáveis máximos pelo ensino de então. Hoje, apesar das carências e das incertezas com que nos confrontamos, que imenso caminho não percorremos já, que distância nos não separa desses tempos contudo ainda próximos e bem gravados na memória dos que dobraram agora o cabo dos quarenta anos?

O mesmo irá suceder assim o creio quando, dentro de mais dez ou quinze anos, pudermos analisar o sucedido no campo do ensino superior a partir dos finais da década de 70. É certo que hoje enfrentamos, com mal-estar, a sensação de que as estruturas activas do País não absorvem os diplomados pelas escolas superiores, de que as Faculdades e Institutos representam fonte antecipada de desemprego tecnológico e berço de inquietante frustração para as novas gerações. Mas, ao mesmo tempo, não deixa de ser igualmente verdade que continua a não se encontrar o pessoal qualificado para o rejuvenescimento das estruturas do País e que as nossas estatísticas, quando comparadas com as de outros países europeus, persistem em revelar uma taxa muito reduzida de frequência do ensino superior nos níveis etários entre os 18 e os 25 anos.

A crise económica que nos aflige só poderá ir sendo vencida através de um mais racional e imaginativo aproveitamento dos nossos recursos humanos. E a gradual integração na Europa obrigar-nos-á a reforçar a nossa capacidade de concepção e de execução técnica, sob pena de vímos a tornar-nos em puro e simples local de turismo, gerido ainda assim nos lugares-chave por técnicos importados.

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:** — Muito bem!

O Orador: — Não devemos pois temer a modernização do ensino superior, a sua abertura para a sociedade e a sua descentralização. Este ensino terá de ser uma das fontes de um futuro melhor. E a essas fontes é preciso, acima de tudo, reforçar e diversificar o caudal.

A excepção de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Beira Interior, o País encontra-se coberto geograficamente por escolas universitárias. Não representam, pois — nem poderiam representar — os projectos hoje sujeitos a votação qualquer início de uma onda descontrolada de criação no papel, por esta Assembleia, de escolas universitárias inviáveis e destinadas a satisfazer bairrismos desprovidos de sentido. Pelo contrário, com os Institutos Universitários de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Beira Interior concluir-se-ia — com uma eventual excepção para a Madeira — a rede de instituições universitárias destinada a cobrir o território português com um mínimo de equanimidade.

Não temos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nem Universidades nem universitários a mais. Mas, ainda que sucedesse o contrário, a verdade é que persistiria um grave desequilíbrio na sua distribuição geográfica, pois que todas as escolas deste tipo se concentram no litoral, à excepção do Instituto Universitário de Évora. Encontramos cinco Universidades em

Lisboa. E outras cinco — se incluirmos algumas escolas da Universidade Católica aí situada — numa faixa de 140 km por 40 km, englobando Coimbra, Aveiro, Porto, Braga e Guimarães.

Não obstante o carácter evidente da assimetria, pretende-se manter o vazio total na faixa interna que se estende do Marão às Portas de Ródão. Considera-se prioritário o desenvolvimento e crescimento das universidades novas — Minho, Aveiro, Nova de Lisboa, Évora e Açores — e o reapetrechamento, em termos globais, das de Coimbra, Porto, Lisboa e Técnica de Lisboa. E, para o interior, deprimido e secularmente discriminado, reserva-se tão-só o ensino superior curto, recentemente rebaptizado de ensino superior politécnico, nova designação que apenas pretende ocultar uma natureza intrinsecamente média, ao passo que desvirtua características específicas do ensino verdadeiramente politécnico.

A Beira Interior, compreendendo os distritos de Castelo Branco e Guarda, é a região mais populosa do interior de Portugal.

Aos fluxos actuais, esta região poderia ministrar ao Instituto Universitário nela implantado uma frequência que se estima entre 2100 e 2500 alunos. A concretização dos padrões europeus elevaria este número para a ordem dos 4000.

Todos sabemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a distribuição geográfica das escolas representa um factor de peso na igualização de oportunidades de acesso ao ensino. Num estudo publicado nos anos 60 pelo Prof. Sedas Nunes, mostra-se como, sendo forte a concentração da população universitária nacional (Lisboa acolhia um número de alunos 2,3 vezes superior ao de Coimbra e 3,1 vezes mais alto do que o Porto) era, ao mesmo tempo, muito elevada em Lisboa e Porto a proporção de estudantes universitários nascidos no distrito em cuja sede se encontrava a Universidade: 46% em Lisboa e 41% no Porto. Nessa mesma altura, no distrito de Lisboa viveria apenas cerca de 16% da população portuguesa. Não cremos que os anos desde então transcorridos tenham alterado mais que ligeiramente esta realidade, que mostra um acesso desigual à Universidade dos jovens provenientes do litoral e do interior.

Hoje, aliás, com o agravamento do custo de vida, aumenta o número de pais que confidencia aos Deputados do seu círculo não se encontrarem mais em condições de suportar os encargos representados pelo envio dos filhos para os grandes centros universitários.

A existência de escolas universitárias nas duas grandes regiões do interior representa um dos requisitos para que gradualmente venha a ultrapassar-se o dualismo que aflige o País e discrimina os distritos da fronteira.

Essas escolas representarão, em primeiro lugar, um factor que permitirá reter os melhores cérebros e pô-los ao serviço do desenvolvimento regional, objectivo este que não se conseguirá pela implantação do ensino superior curto.

Criadas de raiz nos anos 70, poderão as novas escolas universitárias desenvolver-se segundo moldes diferentes dos tradicionais, decididamente viradas para o meio circundante, empenhadas na criação de quadros adequados às suas necessidades específicas, dotadas de meios humanos e materiais orientados para a investi-

gação científica dos recursos naturais e para a preparação da tecnologia da sua mais dinâmica e actualizada exploração.

Poderemos ir até mais longe e afirmar, sem receio de ridículo, que as escolas universitárias de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Beira Interior deverão desempenhar hoje um papel correlativo ao dos castelos fronteiriços nos tempos medievais. Felizmente que os tempos são outros e que, do lado da Espanha vizinha e amiga, não nos espreitam perigos de ordem militar. Mas a renovada amizade entre os dois povos democráticos e a sua crescente colaboração para a resolução de problemas comuns no quadro da integração europeia não exclui, antes pressupõe, que as culturas nacionais de cada um se mantenham vivificadas e actuantes. Nessa perspectiva, não deixa de preocupar a crescente influência exercida pela televisão espanhola sobre a nossa população fronteiriça e a irradiação progressiva de centros universitários espanhóis, como os de Santiago, Salamanca e Badajoz, junto da população escolar portuguesa dos distritos do interior, que àqueles aflui em cada vez maior número.

Dir-nos-ão os críticos da nossa iniciativa legislativa que, neste momento, o País não dispõe nem dos docentes nem do dinheiro necessário para criar na Beira Interior Faculdades de Medicina e de Direito, de Letras e de Ciências, Institutos de Engenharia ou de Economia. Mas é evidente não ser esse o objectivo imediato do projecto de lei n.º 133/I e, no esclarecimento intensivo das populações interessadas que os seus autores procuraram fazer, nunca perpassou qualquer disseminação de expectativas daquela natureza.

Mais do que para a criação de uma realidade inteiramente nova, o projecto de lei surgiu para lutar contra o retrocesso, para impedir a degradação de uma realidade existente.

Pelo Decreto-Lei n.º 649/76, de 31 de Julho, passaram os Institutos Politécnicos a poder conferir licenciaturas e até mesmo doutoramento, embora este somente em colaboração com uma Universidade ou instituto universitário. As licenciaturas seriam o prolongamento natural dos bacharelados e portanto só poderiam começar a ser ministradas quando os primeiros alunos obtivessem o diploma de bacharel, o que no Instituto Politécnico da Covilhã sucedeu em Julho de 1978. Porém, em 18 desse mês, o Decreto-Lei n.º 183 veio impedir as matrículas ou transferências nos cu para os cursos profissionais na Covilhã, estabelecendo ao mesmo tempo que os bacharelados deixavam de ser ministrados no final do ano lectivo de 1980-1981.

Quando o projecto de lei foi apresentado, no inicio da presente sessão legislativa, encontrava-se o Instituto Politécnico da Covilhã, por culpa do MEIC, numa situação de total indefinição. Não podia aceitar a matrícula dos alunos para os bacharelados, porque estes iam ser extintos. Não podia começar a ministrar licenciaturas, porque o requerimento propondo a sua criação não merecera resposta. Ao Instituto restava, pois, continuar com os alunos já matriculados, aos quais se vedavam perspectivas de continuação do estudo para obtenção de uma licenciatura a que tinham direito desde 1976.

Era um impasse que conduzia a escola a uma

morte inglória, ou à sua reconversão em estabelecimento de ensino superior curto...

**Pausa.**

Peço desculpa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mas sucedeu-me um percalço, visto que me falta uma folha da minha intervenção.

Mas o que eu queria dizer é que esta perspectiva foi repudiada, quer pelos docentes e estudantes desse instituto quer por todas as forças sociais e económicas dos distritos da Guarda e de Castelo Branco, tendo sido numerosas as assembleias municipais e as câmaras municipais que tomaram posição sobre este assunto, assim como sindicatos e associações económicas.

É certo que em relação a esta iniciativa legislativa foram lançadas algumas dúvidas que tiveram por raiz velhas rivalidades bairristas, a meu ver, indevidamente exploradas a este propósito.

Com efeito, lançou-se a dúvida sobre se o projecto de lei n.º 133/I estaria indevidamente a proteger os interesses da cidade da Covilhã, face aos interesses da cidade de Castelo Branco ou mesmo aos interesses da cidade da Guarda. Ora, o que sucede é que, pelo contrário, o presente projecto de lei representa, pela primeira vez, a possibilidade de nas cidades da Guarda e de Castelo Branco virem a funcionar, integradas no âmbito do instituto universitário, escolas de nível universitário, ao passo que até ao momento a única perspectiva reservada a essas duas cidades, capitais de distrito, era a de virem a albergar escolas de ensino superior curto.

Na medida em que tenho a consciência de que a experiência histórica do enraizamento na região de uma escola universitária só poderá vingar plenamente se mobilizar o apoio consciente das populações, apoio esse que poderia ser prejudicado por manobras deste tipo, apresentei hoje na Mesa uma proposta de alteração ao preceito que previa que a sede do Instituto fosse na cidade da Covilhã, prevendo-se a partir de agora, nos termos dessa proposta a alteração no sentido de que uma vez funcionando no âmbito do Instituto escolas localizadas nas cidades da Guarda e de Castelo Branco, o reitorado do Instituto venha a ser exercido rotativamente por directores de escolas de cada uma das três cidades.

**Risos do PS.**

Vejo desde já que esta minha sugestão provoca o espanto e a hilaridade de alguns Srs. Deputados socialistas.

O Sr. Gomes Carneiro (PS): — É um espanto!

O Orador: — Mas conviria que esses Srs. Deputados se apercebessem, de uma vez por todas, que as soluções têm de ser adequadas aos condicionalismos e que não têm de ser elaboradas em termos puramente abstractos e conceptuais, em termos puramente copiados de outras mesmas realidades e ditados por princípios ideológicos, por vezes bastante sediciosos e ultrapassados.

Com o aditamento hoje apresentado procura-se pôr cobro a objecções inspiradas pela preocupação de que a presente iniciativa legislativa favorecesse a Covilhã em detrimento da Guarda e de Castelo Branco.

O objectivo do projecto é o desenvolvimento de toda uma região, com o qual só poderão beneficiar as suas duas capitais distritais. Como Deputado pelo círculo de Castelo Branco, sempre procurei defender os interesses de todo o distrito, sem me envolver em quaisquer iniciativas ou questões que tendessem a privilegiar alguma das suas parcelas contra a vontade de outra ou outras. Membro de uma família originária do sul do distrito, antigo aluno da escola primária e do Liceu de Castelo Branco, o meu coração pende para esta cidade, tão indissociavelmente ligada à minha infância e juventude. O sentido de um mandato, que me não foi apenas conferido pela população da cidade de Castelo Branco mas pela de todo um distrito, impedir-me-ia sempre de, enquanto Deputado, tomar partido em querelas interdistritais, mesmo que em defesa das posições albicastrenses. Mas seria, em contrapartida, impensável que pudesse vir a tomar qualquer atitude contra um burgo que faz parte da minha própria identidade.

Feriram-me por isso algumas incompreensões contra a iniciativa em que me honro de haver participado e que sinceramente penso dirigir-se à defesa racional dos mais legítimos interesses da cidade de Castelo Branco. Como capital de distrito, esta sai engrandecida de tudo aquilo que valoriza a área de que é a urbe principal. É, por outro lado, a presente lei que vem abrir para a cidade de Castelo Branco a possibilidade de vir a albergar escolas universitárias, quando o MEC a havia condenado a ser detentora apenas de escolas de ensino superior curto.

A presente lei presta à cidade da Covilhã um serviço de largo alcance: a de preservar a categoria universitário do estabelecimento de ensino nela existente.

**Vozes dos Deputados independentes social-democratas:** — Muito bem!

O Orador: — E, por outro lado, parte este texto da constatação de uma realidade indesmentível: a de que o Instituto Universitário será à partida constituído por elementos humanos e materiais que estão localizados na Covilhã.

Mas o diploma que se pretende ver votado por esta Assembleia transcende uma visão apenas centrada na satisfação de interesses, aliás legítimos, da cidade da Covilhã, ou da de Castelo Branco, ou da da Guarda, para encarar uma realidade mais ampla, na qual aquelas outras se enquadram: a portentosa região que se estende do Douro ao Tejo e da fronteira com a Espanha ao lago de Castelo do Bode e aos contrafortes ocidentais da serra da Estrela. Na Europa para que nos encaminhamos, será fundamental o papel da região, como base de estruturas sociais e produtivas integradas, geridas na maior parte dos domínios pela sua própria população. É, pois, a hora de que esta grande região do nosso interior ganhe consciência dos seus interesses comuns e equacione os meios indispensáveis à sua prossecução em direcção a um futuro no qual se não poderá resignar ao seu actual estatuto de discriminação e dependência, o qual, no entanto, se perpetuará se não se reunirem e congregarem as energias representadas por uma população com o peso de 500 000 pessoas.

Certamente pressionado pela pendência na Assembleia dos dois projectos de lei de criação de institutos

universitários, o MEC veio desvendar muito recentemente parte do seu plano de ensino superior curto. Não estamos contra a ideia em si mesma. Mas é sabido que este tipo de ensino suscita delicadas questões político-sociais e pode estruturar-se segundo diversas modalidades cuja escolha representa uma verdadeira opção política. Não compreendemos, pois, como é possível que um plano de tal envergadura tenha já começado a ser executado sem que esta Assembleia, única competente para definir o sistema de ensino, tenha sido chamada a pronunciar-se.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — Ficámos, no entanto, a saber pelos jornais que se pretende que arranque em Castelo Branco uma escola superior de educação, no ano lectivo de 1981-1982 e outra na Guarda, no ano lectivo de 1983-1984, e também em 1983-1984 uma escola superior técnica agrícola em Castelo Branco.

Face a inquietações artificiosamente suscitadas, é preciso que se diga que a criação do Instituto Universitário em nada entravaria a concretização daqueles projectos. Como seria natural, prevê-se também para outras zonas do País a coexistência do ensino universitário e do ensino superior curto. Aconteceria, quando muito, que a existência de um instituto universitário tenderia a fazer evoluir as restantes escolas para se elevarem ao nível universitário, integrando-se naquele. O que, bem entendido, se não poderia fazer apenas ao nível dos títulos, mas do conteúdo do ensino e das habilitações exigidas ao corpo docente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A política não pode prescindir do rigor científico na análise dos factos sociais e da reflexão ponderada sobre a viabilidade das soluções ditadas pela ideologia ou pelos anseios do futuro. Votações bem recentes neste hemiciclo demonstram, a meu ver, que isso continua a não suceder aqui com certa frequência. Creio, porém, sinceramente que não repetiríamos tal erro ao votar a favor do projecto de lei que institui o Instituto Universitário da Beira Interior.

Como o técnico, o político deve ter a consciência do real e do possível. Mas cumpre-lhe a ele ir para além do esquema fixo e impessoal, materializado apenas na abstracção dos números e no universalismo dos conceitos. É o político o intérprete da vontade do povo, que tem a obrigação de saber detectar naquilo que de mais profundo e original ela encerra.

Ao reivindicar para a Beira Interior o direito a uma instituição universitária própria, dentro dos prudentes limites daquilo que desde já é possível, sinto-me intuir o futuro de uma região sustentada pelos seus próprios recursos devidamente identificados e plenamente explorados. Enfileiro com todos aqueles beirões que não desistem de fazer dotar a sua terra com os meios que lhe permitirão vencer pelo próprio esforço as carências que a oprimem. Homenageio todos aqueles filhos da Beira, para mim personificados na figura de meu pai, Joaquim Sérvulo Correia, que dedicaram desinteressadamente a sua vida ao trabalho em prol da comunidade e à promoção das camadas mais desprotegidas das gentes beiroas, e que pela força do seu pulso se souberam elevar, sem nunca as esquecer e deixar de amar, nem perder a sensibilidade profunda, o espírito solidário e a confiança no valor do trabalho que são traços arreigados da sua psique colectiva.

Desafronto colegas do Liceu de Castelo Branco mortos na flor da idade por causa das privações — e vários o foram — ou a quem as condições materiais não permitiram fazer os estudos para os quais tinham qualidades indesmentíveis.

Votai com confiança, Srs. Deputados, este projecto de lei. Se o fizerdes, um dia as novas gerações beirão de vós que as dificuldades do presente não vos impediram de abrir, com tanta prudência quanta determinação, as portas do futuro.

*Aplausos dos Deputados independentes sociais-democratas, do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Gomes Carneiro.

**O Sr. Gomes Carneiro (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Sérvulo Correia que nesta Assembleia acaba de fazer uma brilhante descoberta, a da reitoria rotativa ou, direi mesmo, talvez a reitoria ambulatória.

Se o assunto não fosse tão sério e não estivéssemos profundamente preocupados com o rumo dos acontecimentos em relação às novas Universidades e a toda a demagogia que tem sido desenvolvida nesta Câmara, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Sérvulo Correia se, por exemplo, quando a reitoria fosse colocada em Castelo Branco — e não confundamos reitoria com reitor, porque não é bem a mesma coisa — esta não poderia ficar, a título de exemplo, ali pelas bandas do Fundão, na Cova da Beira, porque me consta que também nessa zona querem um instituto politécnico. Esta a primeira pergunta que gostaria de ver respondida.

Por outro lado, sabendo que as distâncias geográficas entre Castelo Branco e Covilhã e entre a Guarda e a Covilhã são, respectivamente, de 60 km e de 30 km, como o Sr. Deputado bem conhece, pergunto se estas distâncias, que são pequenas, justificarão efectivamente que se construa um edifício para formação de professores em Castelo Branco, outro na Guarda com os mesmos laboratórios e outro ainda no Fundão, para o desenvolvimento agrícola? E todos eles seriam servidos pelo mesmo pessoal docente, já que fazem parte de um bloco universitário?

Uma estruturação deste tipo levar-nos-ia a uma situação caricata, como a do pólo II da Universidade do Minho, em Guimarães, em que os professores, os funcionários e os próprios alunos têm de se deslocar de camioneta todas as manhãs, de Braga para Guimarães, para terem duas horas de aulas e depois regressarem novamente a Braga. Este é um fenómeno que se verifica e que se iria certamente verificar na Beira Interior com esta Universidade quadripartida. Realmente dar-se-iam grandes passeios e respiravam-se bons ares, mas não se faria com certeza um instituto universitário com um mínimo de dignidade e de competência. E é em relação a esta demagogia que, permita-me que lhe diga, não estou pessoalmente de acordo e ninguém nesta bancada poderá conscientemente defender o contrário.

Não estou a negar que seja viável uma Universidade na Beira Interior, mas isso é uma coisa completamente diferente de anunciar na Assembleia da República, numa tentativa da conquista do voto, por-

que o Sr. Deputado sabe qual é a problemática da região e o litígio que há entre as populações destes diferentes concelhos que vamos fazer um pólo em Castelo Branco, outro na Guarda, outro na Covilhã e outro talvez na Cova da Beira, mais propriamente situado no Fundão.

Sr. Deputado Sérvelo Correia, permita-me que lhe diga que não podemos consentir isto, porque, a ser assim, estamos efectivamente a brincar às Universidades.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Sérvelo Correia, há ainda mais um pedido de esclarecimento. Prefere responder já ou no fim?

O Sr. Sérvelo Correia (Indep.): — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio.

A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS): — Sr. Deputado Sérvelo Correia, estou habituada à seriedade das suas intervenções nesta Assembleia e por isso mesmo vou colocar-lhe uma pergunta que é fundamental, porque, de certa maneira, está na base da apreciação do Partido Socialista relativamente a estes dois projectos.

O Sr. Deputado Sérvelo Correia justifica, com base nos seus argumentos, a necessidade da criação de uma Universidade na zona da Beira Interior. Simplesmente não põe em causa, simultaneamente, a criação de outras escolas de ensino politécnico, ou ensino superior curto, que também estão programadas para essa região.

Da sua exposição comprehendo que o Sr. Deputado Sérvelo Correia entende que, por um lado, existe uma diferença de mérito ou de valor entre aquilo que chamamos de ensino de curta duração e de ensino universitário. Ora há uma questão fundamental que desejava ver esclarecida, porque dessa resposta poderemos concluir ou que esta é uma discussão sem interesse ou ainda aquilo que o Partido Socialista já concluiu: de que não existe neste momento um quadro possível para a resolução deste problema.

Que tipo de Universidade é que o Sr. Deputado Sérvelo Correia quer criar na Beira Interior: com ou sem reitorado rotativo? É uma Universidade clássica, tradicional, com cursos disciplinares e com cursos de licenciatura, ou de mestrado, de doutoramento, etc? É uma Universidade mista, em que se poderão ministrar cursos superiores mais reduzidos ou não em função do carácter tecnológico profissionalizante? É uma Universidade de muros abertos onde simultaneamente se possa equacionar, inclusivamente, outro tipo de ensino, como, por exemplo, o ensino para adultos e de animação cultural?

Em suma, que tipo de Universidade quer o Sr. Deputado criar para a Covilhã?

Será que o Sr. Deputado Sérvelo Correia defende para essa zona uma Universidade nova, adaptada à região, em que a diversificação do ensino corresponda não só aos múltiplos interesses dos jovens dessa zona, como a muitos dos interesses dos jovens do nosso

país. É que hoje a massificação do ensino superior obriga a ter em consideração o interesse da juventude relativamente aos vários cursos, como se devem também ter em atenção as necessidades de formação, em relação aos múltiplos postos de trabalho que hoje existem.

Será que o Sr. Deputado pretende uma Universidade aberta, sem muros, também para adultos, em que se ministre educação permanente e recorrente — uma Universidade não por escolas, mas uma Universidade departamental? É esse o tipo de Universidade que o Sr. Deputado Sérvelo Correia quer? Ou é a Universidade clássica, tendo ao lado as escolas politécnicas, ou as escolas de ensino superior curto que também admite que têm de existir?

Se a sua resposta for afirmativa em relação à minha primeira pergunta, com que base legislativa em que enquadramento de política educativa actual é que o Sr. Deputado Sérvelo Correia consegue fazer essa Universidade?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Sérvelo Correia.

O Sr. Sérvelo Correia (Indep.): — O Sr. Deputado Gomes Carneiro, ao repetir um tipo de interpretação que tem sido muito utilizada pela sua banda de há uns tempos para cá, em relação aos dois projectos de lei ora em discussão, esqueceu-se, além do mais, da minha situação pessoal e que neste momento invalida, por si só esse objectivo eleitoralista, que é o único que o Sr. Deputado consegue obrigar, não conseguindo ao mesmo tempo perceber que o que há aqui é uma profunda identidade entre anseios legítimos de uma população e a posição assumida pelos Deputados nesta Câmara.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Quanto à reitoria rotativa, lamento, mas o Sr. Deputado Gomes Carneiro ouviu mal aquilo que eu disse. E o que disse foi que o reitorado do instituto universitário poderia ser exercido rotativamente por directores de escolas situadas nas várias cidades. O Sr. Deputado pode dizer que isto não será necessário. Dir-lhe-ei que realmente noutras condições não seria necessário, mas que numa situação em que há rivalidades tradicionais e muito antigas, que só pouco a pouco poderão ser suplantadas ou devidamente enquadradas numa concepção da defesa única e possível dos interesses das gentes da Beira e que se fará não por defesa de cada cidade isoladamente, mas sim por defesa de uma grande região, temos de nos adaptar a essas circunstâncias e encontrar as respostas adequadas.

O Sr. Deputado não explicou de forma alguma que mal é que há no facto de o reitorado de uma instituição universitária ser exercido por mandatos de dois anos, e, simultaneamente, ser exercido por directores de escolas situadas em diversas localidades.

O Sr. Deputado Gomes Carneiro contesta também a ideia de uma instituição universitária ter as suas escolas ou departamentos geograficamente distribuídos, com base numa análise negativa da situação existente em Braga e Guimarães. Não sei pois, se a situação existente em Braga e Guimarães é a ideal ou a melhor de todas. Contudo, o que sei é que as popu-

lações minhotas têm a sua universidade, e que para conseguirem essa sua pretensão tiveram de entre elas — entre as populações de duas grandes cidades minhotas — encontrar essa solução. Essa solução foi, pois, uma condição da criação da Universidade, e nem o Sr. Deputado nem ninguém da sua bancada contestou até este momento, mas se calhar pensam-no — e já agora gostaria que o dissessem claramente, até para que as pessoas do Minho também fiquem a saber qual é a posição do Partido Socialista —, a utilidade da existência de uma Universidade no Minho.

Queria também dizer-lhe que a existência de uma Universidade com departamentos ou mesmo escolas separadas ou distribuídas por uma área não demasia-damente vasta é evidente, e o Sr. Deputado foi até o primeiro a salientar que são curtissimas, em termos nacionais, as distâncias que separam as três cidades. Quantas e quantas pessoas não frequentam diariamente ou não ensinam na Universidade de Lisboa e não fazem para isso percursos muito maiores do que aqueles que o Sr. Deputado Gomes Carneiro acaba de referir? Portanto, há experiências destas. O Sr. Deputado poderá dizer que não são as melhores, mas o que não poderá dizer é que são ridículas ou indignas, sob pena de se estar a chamar ridículo ou indigno, por exemplo, ao Instituto Universitário dos Açores..

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ..., pois que nos Açores o problema é muito mais complicado face à dificuldade de passagem de umas ilhas para as outras, que não se compara, evidentemente, com a dificuldade de fazer uma viagem por estrada entre a Guarda e a Covilhã, ou mesmo entre a Covilhã e Castelo Branco.

Neste ponto também se prende a questão que me foi colocada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio. Disse expressamente na minha intervenção que estes institutos criados de raiz na década de 70 devem ser diferentes, devem obedecer a concepções muito distintas daquelas que infelizmente continuam a presidir às nossas universidades clássicas, devem ser escolas viradas sobretudo para o desenvolvimento das regiões em que se enquadram, para a formação de técnicos especialmente adequados a esse mesmo desenvolvimento e devem também ser escolas onde seja efectivo, e não puramente teórico, o papel da investigação científica destinada à identificação ou inventariação dos recursos disponíveis nessas regiões e às formas mais racionais da sua exploração.

Por exemplo, neste caso concreto, que potencialidades enormes não se levantam com o projecto de irrigação da Cova da Beira, que vai ser o maior regadio português e onde tudo está por estudar? Toda a gente sabe que neste momento há o dinheiro, que as obras estão em curso, mas que toda a investigação, aliás indispensável para a racionalidade da exploração do projecto, está por fazer. Todos sabemos que uma indústria tradicional como a dos lanifícios da Covilhã, e não só na Covilhã, mas como em toda a falda norte da serra da Estrela e numa área circunacente à cidade de Castelo Branco como em Soldóis e no Retacho estão em crise. Toda a gente está de acordo que essa crise poderá ser ultrapassada, desde

que o tipo de indústria se mantenha mas reformulado para novas necessidades e virado sobretudo para uma procura de qualidade.

No entanto, o que sucede é que as populações daquela região têm andado mês após mês, ano após ano, à espera que comissões que se constituem e que depois desaparecem fantasmagoricamente nesta grande cidade de Lisboa lhe resolvam e lhe equacionem esse problema, essa reestruturação. A população da Beira já sabe neste momento que enquanto ela própria não tiver condições para resolver esse problema, ninguém mais lho vai resolver. Não é a burocracia lisboeta que o vai fazer...

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ..., mas sim uma escola que também tenha departamentos muito significativamente virados para a investigação.

Simultaneamente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio, porque não fazer a reciclagem, porque não fazer a formação contínua dos quadros normalmente desfalcados e antiquidados dessa mesma região? Pois com certeza que também seriam tarefas a prosseguir por essas escolas.

A interpretação do Sr. Deputado Gomes Carneiro no sentido de que iríamos reproduzir ou multiplicar os mesmos laboratórios nas três cidades é completamente desprovida de fundamento. É evidente que o que se pretende é a existência de escolas ou de departamentos distintos nas várias povoações.

**Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:** — Muito bem!

*Entretanto assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.*

**O Sr. Gomes Carneiro (PS):** — Sr. Presidente, dá-me licença?

**O Sr. Presidente:** — Tenha a bondade de me dizer para que efeito é que o Sr. Deputado pede a palavra, visto que V.Ex.<sup>a</sup> já pediu esclarecimentos.

**O Sr. Gomes Carneiro (PS):** — Sr. Presidente, era apenas para dar um curto esclarecimento à Câmara.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, mas peço-lhe que seja breve.

**O Sr. Gomes Carneiro (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para dizer ao Sr. Deputado Sérvelo Correia e para esclarecer esta Câmara que nós não contestamos a existência da Universidade do Minho, nem isso está no nosso espírito. Pelo contrário, queremos que a Universidade do Minho se desenvolva devidamente integrada no sistema universitário português. Isto é bastante importante e é bom que o Sr. Deputado fique certo disso.

**O Sr. Sérvelo Correia (Indep.):** — Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Faça favor.

**O Sr. Sérvelo Correia (Indep.):** — Mas então o Sr. Deputado Gomes Carneiro quer essa Universidade só em Braga ou só em Guimarães? Podemos saber?

**O Orador:** — Sr. Deputado, aquilo que neste momento as populações de Guimarães estão a verificar — a verificação não é só minha, pois há Deputados por Guimarães aqui nesta bancada que o poderão comprovar — é que, efectivamente, Guimarães não sente o peso da existência do pólo II da Universidade com a dimensão que actualmente tem, até porque os filhos dos capitalistas de Guimarães não vão frequentar o pólo II de Guimarães, mas sim a Universidade do Porto, de Coimbra ou de Lisboa...

**O Sr. Cunha Simões (CDS):** — E ainda há capitalistas neste país!

**O Orador:** — ... e os mais desfavorecidos não a frequentam. Aliás, se o Sr. Deputado Sérvelo Correia indagar — e o Sr. Ministro da Educação está aqui e poderá-lhe dar números se os tiver — sobre qual é a frequência do pólo II da Universidade do Minho, portanto o pólo de Guimarães, com certeza que ficará surpreendido com os números e verificará que todos os dias se deslocam professores e alunos de Braga para Guimarães.

Portanto o que é preciso é redimensionar as coisas nos termos certos.

Por fim, Sr. Deputado, quero dizer-lhe apenas que uma Universidade tem de ter uma dimensão própria, para que tenha rendibilidade. A estrutura departamental, com a qual concordo perfeitamente, não é a estrutura departamental pensada pelo Sr. Deputado, em que os departamentos são dispersos por cidades e em que metem lá dentro autênticas faculdades.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito?

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — É para um esclarecimento, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, mas peço-lhe que seja muito breve, pois são quase 20 horas e ainda estão inscritos o Sr. Deputado Nuno Abecasis e o Sr. Ministro da Educação.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Deputado Sérvelo Correia, comprehendo a sua preocupação em criar uma nova Universidade voltada para o desenvolvimento flexível e aberta a todo o tipo de cursos. Contudo, o projecto de lei que temos na nossa mão não diz isso nem tem, neste momento, enquadramento possível. Isto porque a única coisa que existe, e é essa a nossa grande dúvida e é por isso que dizemos que precisamos de definir o conjunto do sistema do ensino superior do País, é que, por um lado, temos escolas universitárias que fazem determinado tipo de cursos com licenciaturas e, por outro lado, temos escolas que têm cursos politecnicos e não existe nada estabelecido que permita a existência de uma única instituição.

Se o Sr. Deputado quer criar um caso particular, então terá de o pôr na lei, mas penso que corremos o risco de criar um caso particular sem a visão do conjunto nacional.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Sérvelo Correia, foi-lhe dado um esclarecimento e não lhe foi solicitado. Em todo o caso, tem V. Ex.<sup>e</sup> a palavra, também com o mesmo pedido de brevidade.

**O Sr. Sérvelo Correia (Indep.):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, não desejamos que estes institutos universitários venham a ser escolas massificadas como são as de Lisboa. E quanto ao nível do ensino dado, lembraria, por exemplo, ao Sr. Deputado Gomes Carneiro e à Câmara, que não creio que a proporção de docentes doutorados em relação aos assistentes encarregados de ensino, seja maior, por exemplo, na Faculdade de Direito de Lisboa do que já hoje no Instituto Politécnico da Covilhã.

Por outro lado, através destes projectos de lei, pretendemos fundamentalmente salvaguardar aquilo que já existia e depois abrir caminho para uma evolução flexível. Prevê-se nos projectos de lei que as comissões instaladoras apresentem programas de estudos ao Ministério, e, portanto, abre-se um caminho flexível que poderá vir a ser preenchido em função das necessidades e das possibilidades.

Agora, Srs. Deputados e Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio, a experiência destes últimos quatro ou cinco anos mostra que se as populações das regiões ficarem à espera que todos os seus problemas específicos dependam de uma prévia equacionação dos problemas a nível nacional — e pelo andar a que a equacionação dos problemas a nível nacional está a ser feita vão esperar eternamente —, é legítimo que essas populações, quando o possam fazer no âmbito das próprias regiões, se antecipem.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, chegou à Mesa um requerimento do Grupo Parlamentar do PSD suscitando que a reunião seja prolongada até à votação.

**A Câmara te malguma coisa a opor?**

**Pausa.**

Visto não haver oposição, considera-se deferido. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis para uma intervenção.

**O Sr. Nuno Abecassis (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: O CDS irá dar o seu voto positivo na discussão na generalidade dos projectos de lei que visam transformar em institutos universitários os actuais Institutos Politécnicos de Vila Real e da Covilhã.

Fá-lo após séria, profunda e meditada reflexão sobre as implicações actuais e futuras do seu voto e por isso é conveniente que aqui e agora fiquem bem claramente expressas as linhas que orientaram a nossa decisão e que, como é natural, virão a informar o teor das propostas de alteração que iremos apresentar durante o debate na especialidade a que estes dois projectos de lei irão ser submetidos no âmbito da Comissão Parlamentar de Educação Ciência e Cultura.

Temos defendido, dentro e fora desta Assembleia, que, particularmente em matéria de educação, não é legítimo ludibriar as ambições culturais das populações, criando e instalando estabelecimentos de ensino incapazes de desempenhar as funções que lhes estão assinaladas.

Pior do que a falta de cultura é a falsa cultura.

Pensamos igualmente que, no campo da educação e da cultura, nada é possível construir em bases sólidas senão numa linha de continuidade perfeita. A evolução cultural não pode sofrer saltos porque saltos são lacunas, são conhecimentos não adquiridos que se irão reflectir, fatalmente e com consequências nefastas no campo das actividades profissionais futuras dos actuais discentes, impedindo o correcto e harmónico desenvolvimento económico-social e conduzindo mais uma vez a nossa sociedade a bloqueamentos de que ancestralmente enferma.

Pensamos ainda que deve haver uma correspondência perfeita e harmónica entre o tipo de conhecimentos adquiridos e entre a sua escala de graduação e as necessidades e potencialidades do desenvolvimento da sociedade.

Neste sentido, entendemos que a continuidade a que acima nos referimos se há-de entender, não só como a preexistência de condições que viabilizem e garantam a eficácia da instalação de cada grau de ensino, como também no sentido de que o sistema educativo deve produzir toda uma escala contínua de graus de formação. Quer isto dizer que é tão incompreensível instalar um ensino secundário onde não existe já enraizado o ensino primário, como instalar Universidades onde não haja uma correcta implantação dos vários graus de cultura que as precedem. Num caso, como no outro, lograr-se-ão expectativas, desperdiçar-se-ão meios, caminhar-se-á para a criação de sociedades inoperantes e incompetentes onde jamais será possível implantar a justiça ou promover a felicidade. Mas também quer dizer que, se não pretendemos continuar a viver uma sociedade «tamponada» por cima, temos de criar as condições necessárias para que cada profissional sinta no seu dia-a-dia a pressão exercida por aqueles que, tendo um grau de formação e de conhecimentos suficientemente próximos, o forcem a desenvolver as suas aptidões e a aplicar os seus conhecimentos em grau progressivo, sob risco iminente de se ver ultrapassado.

A conjugação dos princípios acima enunciados e a observação sócio-cultural do dinamismo de desenvolvimento que hoje se sente, cada vez mais intensamente do que porventura em qualquer outro local do nosso território, entre as populações de Trás-os-Montes e da Beira Interior, levam-nos a considerar com extrema atenção os casos dos dois institutos politécnicos.

Num e outro caso, embora com intensidades diferentes, estamos em face de estabelecimentos de ensino superior que já fizeram algum percurso das suas caminhadas, durante o qual tentaram detectar e servir potencialidades regionais, formar os seus quadros, ligar-se a outras instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, de grau científico e cultural superior e que, nas áreas em que vêm actuando, adquiriram conhecimentos e experiência de muito valor em alguns casos não existente noutras locais do País.

Assim, de acordo com o princípio da continuidade que preconizamos — que, se é contrário ao aventureirismo, também o é ao bloqueamento e ao estancamento do dinamismo interno —, entendemos que os Institutos Politécnicos de Vila Real e da Covilhã podem e devem ser transformados em institutos universitários nas áreas precisas em que a sua actividade e experiência já deram frutos, isto é, respectivamente, nos domínios da produção florestal, agrícola e animal e no domínio da engenharia têxtil e da gestão empresarial.

No caso dos dois institutos, e nas áreas acima referidas, a relação docentes/discentes é francamente favorável e fica mesmo acima do parâmetro 350/400 docentes para 3000 discentes, internacionalmente considerado como capaz de viabilizar um ensino universitário de nível adequado. Por outro lado, o número de doutorados existente, quando adicionado no número de investigadores em exercício e de docentes em fase de doutoramento, assegura a massa crítica indispensável para o exercício da investigação científica e tecnológica indispensável ao desenvolvimento e vitalidade deste grau de ensino.

Convém aqui acrescentar que, a nosso ver, o curso de Engenharia Têxtil da Covilhã se deveria orientar, de forma muito clara, para o sector dos lanifícios e das respectivas confecções, com o que se evitariam concorrências desnecessárias e inconvenientes com cursos professados noutras Universidades portuguesas. Idenicamente, sugerimos que poderia ser eventualmente vantajoso que o respectivo curso de gestão se orientasse, especificamente, para o caso das pequenas e médias empresas industriais, privadas ou cooperativas.

Fica assim bem claro que o voto do CDS tem um âmbito bem definido e uma intenção bem clara. Seria um erro interpretá-lo como uma tomada de posição do meu partido contra a instalação, que julgamos indispensável e urgente, do ensino superior politécnico.

Com efeito, julga o CDS e frequentemente o tem afirmado, que um dos graves defeitos do nosso sistema de ensino reside na manifesta descontinuidade do grau de formação cultural e profissionalizante. Esta lacuna em caso algum será resolvida com a simples ampliação do número e qualidade das licenciaturas produzidas pelo sistema nacional de educação. Para lhe fazer face, urge organizar toda uma escala de aquisição de conhecimentos e correspondentes formaturas que preencham grau a grau o espaço cultural existente entre o último ano do ciclo complementar do ensino secundário e a licenciatura universitária. Para tanto o ensino superior politécnico pode e deve desempenhar uma função relevante no desenvolvimento sócio-cultural do País; e nem se diga que, em dada localidade, a sua instalação é incompatible com a criação de institutos universitários. Nós pensamos, com efeito, que nos casos da Covilhã e de Vila Real a aprovação dos presentes projectos de lei não devem impedir o desenvolvimento do projecto de instalação do ensino politécnico para o planificado, e isto tanto na área das licenciaturas agora aprovadas como nas demais áreas de conhecimento ligadas ao desenvolvimento regional, que há que implementar tão rapidamente quanto nos seja possível.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, gostaria de dizer que, a nosso ver, se tem levantado aqui um falso problema: não se trata de saber se Viseu ou qualquer outra localidade ou cidade do País poderá ou não vir a ter uma Universidade no futuro, porque esse não é o problema posto. O problema posto é o de se saber se institutos politécnicos que se encaminharam desde o seu princípio no sentido de conceder licenciaturas — bem ou mal, assim foi legislado...

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — ..., que fizeram o seu caminho, que têm orçamentos aprovados e que têm instalações a funcionar devem ser fechados ou limitados nas suas ambições, ou se, pelo contrário, como deve acontecer em qualquer país que acolhe com entusiasmo aquilo que de melhor pode ter, que é a ambição da cultura do seu próprio povo, essa ambição deve ser acarinhada e incentivada, mesmo que para isso tenhamos que correr alguns riscos.

Este é, pois, o verdadeiro problema. Não se trata de saber se estamos a criar institutos universitários. Estamos a dignificar alguma coisa que existe, estamos a responder a anseios, mas, mais do que a anseios, estamos a responder a um esforço efectivamente feito, estamos a responder a escolas que mandaram licenciar, doutorar discentes, e isso é importante. Deveremos ou não, no Portugal de 1979, liquidar aquilo que de melhor pode ter uma sociedade, aquilo que todas as sociedades em desenvolvimento acolhem, incentivam e protegem, que é a ambição de cultura, o desejo do saber do seu próprio povo?

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Este é que é o verdadeiro problema que esta Assembleia defronta, este é, pois, o problema que nos é posto, e não o de saber se o articulado destes projectos de lei está ou não adequado.

Penso que todos os grupos parlamentares já se pronunciaram sobre a necessidade de lhe introduzir alterações, e o nosso grupo parlamentar também o fará. Contudo, pensa que a forma como foi apresentado não é a conveniente, mas nem por isso deixa de felicitar e de estar ao lado daqueles que o apresentaram, porque a verdade é que na Beira interior e em Trás-os-Montes e Alto Douro todas as pessoas que conhecem alguma coisa deste país sabem que aí se está a levantar uma onda enorme de vontade de desenvolvimento, logo também de desenvolvimento cultural.

Esta Assembleia que se quer democrática vai liquidar no ovo essa promessa de futuro para Portugal, ou pelo contrário, vai correr o seu risco e deixar a porta aberta para que o nosso povo progrida também nessas regiões?

*Aplausos do CDS, do PSD e dos Deputados independentes sociais-democratas.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica.

**O Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica (Valente de Oliveira):** — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados: Foram apresentados à Assembleia da República os projectos de lei n.º 131/I e 133/I, respeitantes à criação dos Institutos Universitários de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Beira interior.

Eles vêm no seguimento de outro projecto já transformado em lei —Lei n.º 11/79—, que, em Março último, criou a Universidade do Algarve.

E há indícios de que projectos semelhantes se preparam relativamente a outras partes do País.

No que respeita à Lei n.º 11/79, ela estabelece que a sede da Universidade é em Faro, podendo, no entanto, abrir estabelecimentos noutras localidades.

O projecto de lei n.º 131/I propõe a sede do Instituto Universitário em Vila Real, estipulando que ele deverá exercer actividades docentes e de investigação noutras centros urbanos da região.

O projecto de lei n.º 133/I, por sua vez, fixa a sede do Instituto Universitário da Beira Interior na Covilhã, estabelecendo que ele deverá exercer actividades docentes e de investigação noutras centros urbanos, designadamente a Guarda, Castelo Branco e Fundão.

Por este andar caminhamos celeremente para o primeiro lugar mundial no que respeita à densidade da malha espacial dos estabelecimentos de ensino universitário.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, porque esta onda de abundância põe problemas muito graves no que respeita à concretização do seu conteúdo e acarreta consequências que julgamos danosas para a sociedade portuguesa, entende o Governo não dever deixar de alertar os Srs. Deputados para o melindre da situação.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — No que respeita às dificuldades de concretização de um tal projecto, permito-me salientar apenas algumas.

Uma Universidade não é uma mera concentração de edifícios e de equipamentos que, mesmo na hipótese de existirem os meios para os construir, se aglomeram em dado ponto de um território. Ela é, fundamentalmente, uma instituição criada para conservar, transmitir e enriquecer o património intelectual de um povo o que pressupõe a existência de quem desenvolva saber, o cultivo e o comum. Admite-se, assim, a existência de dois corpos, envolvidos nas mesmas actividades mas com funções distintas naquele complexo processo: os docentes e os discentes.

Mesmo supondo que se conseguiram as «massas críticas» de discentes que justificariam, em termos socio-económicos, a abertura de um grande número de estabelecimentos de ensino universitário, as dificuldades de formação de um corpo docente robusto, competente e autónomo aconselham-nos à moderação nas ambições neste domínio.

Um professor universitário leva tempo a preparar, exige meios para se manter actualizado e exercer as suas funções com competência e reclama uma complementaridade de actividades no exercício da sua função que, também neste caso, determina a existência de um limiar quantitativo crítico para o arranque e continuidade de uma instituição universitária.

Não nos iludamos, a este respeito, com o que aconteceu com os estabelecimentos de ensino superior e universitário já criados nesta década em Portugal, porque eles conseguiram progredir, e mesmo assim lentamente, sobretudo à custa de docentes regressados de África ou que pelas Universidades de Angola e Moçambique tinham sido enviados para se doutorarem no estrangeiro.

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — Em relação aos alunos, a experiência mostra que eles preferem as Universidades já consagradas, cujos diplomas são mais prestigiados e, por isso, não constituirá para nós surpresa que eles venham a desertar de instituições nascentes e balbuciantes porque sem meios para se afirmarem, isto conduzirá naturalmente a uma segregação qualitativa dos alunos ou, mesmo, num caso que não é improvável, à existência de Universidades que não têm professores nem alunos ou os têm, aos primeiros, sem a preparação adequada e aos segundos estratificados nos níveis mais baixos da qualificação de entrada. Então, assistir-se-ia ao movimento migratório dos melhores alunos das regiões interiores para as Universidades antigas, que acontece estarem no litoral, e ao afluxo às instituições que arrancam dos menos aptos, o que não constitui um bom augúrio para as mesmas.

Acerca que eles próprios seriam as vítimas de um ensino universitário de segunda classe, o que os tornaria ainda menos apetecidos pelos seus potenciais empregadores. Assim, então, à existência de Universidades de primeira e de Universidades de segunda, com as consequências visíveis para os seus licenciados de uma tal dicotomia.

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — Parece, assim, que não se deve ser levado pela miragem de, por via da implantação de Universidades condenadas deste modo a permanecerem menores, promover o equilíbrio de desenvolvimento que hoje não se vê entre o interior e o litoral.

Julgamos, pelo contrário, que se deve caminhar com segurança, dando corpo àquilo para que temos meios e preparando, metodicamente e sem precipitações, o terreno onde, no futuro, poderão vir a encair-se instituições de ensino e de investigação sólidas, com autonomia e com projeção à sua volta.

A atenuação dos desequilíbrios regionais exige a integração complexa de múltiplas actividades, entre as quais está, naturalmente, a preparação de recursos humanos. Todavia nela não se esgotou.

Uma resolução isolada desta componente determinaria a drenagem da massa cinzenta da região para fora dela, quicá para fora do País. E, então, assistir-se-ia à situação peculiar de Portugal, um País com meios muito limitados, estar a contribuir para o desenvolvimento de outras paragens e povos, arcando com os custos da preparação dos respectivos quadros e não curando de os aproveitar no seu próprio território.

Não conheço nenhum exemplo de desenvolvimento regional que tenha reposado na formação dos seus quadros ao mais alto nível para arrancar para o progresso, atribuindo à Universidade o papel de despoletador das ações de fomento.

Insisto, a preparação de quadros é uma das componentes de uma acção concertada de desenvolvimento que se tem de articular com muitas outras, prosseguidas simultaneamente ou anteriormente.

Não nos iludamos, também, com os meios de que dispomos. Eles são limitados e há que promover a sua afectação aos projectos prioritários. As Universidades propostas concorreriam com as barragens que permitirão irrigar os terrenos onde se iriam aplicar os licenciados em Agronomia que elas formariam, e que, entretanto, poderão ser preparados pelas Universidades existentes; concorreriam também, com as habitações, com o equipamento social, com os lotamentos industriais, onde se alojarão as unidades que empregariam os novos licenciados em Engenharia, Economia, etc., que a rede universitária proposta, na melhor das hipóteses, debitaria sobre o nosso país.

Entretanto far-nos-ão falta as barragens, as casas, as escolas, os centros de saúde e as indústrias de que também esses locais e essas populações carecem.

Entretanto, far-nos-á falta, também, não dispor de profissionais competentes cuja formação, por menos longa, não será mais económica e que, em conjugação com os elementos saídos das escolas universitárias que dispomos, poderão ajudar-nos a alcançar mais rapidamente e de modo mais seguro os níveis de desenvolvimento económico e de progresso social que almejamos.

As escolas universitárias representam um estrato do equipamento que deve guarnecer um território que se situa no mesmo plano dos grandes hospitais onde se encontram os mais sofisticados aparelhos e se prestam os mais especializados serviços. Ninguém sustentará, com convicção, que poderemos dispersá-los por todo o País, nem acalentará sonhos de, mesmo construindo-os, os vir a dotar do pessoal clínico que, em permanência, assegure o seu funcionamento eficaz.

As comparações poderiam multiplicar-se. Esta chega, porém, para ilustrar o perigo de nos deixarmos embalar por visões de cenários irrealizáveis.

É óbvio que defendemos o acesso de todos os portugueses aos benefícios da cultura. É evidente que julgamos deverem ser iguais as oportunidades de todos prosseguirem nas suas carreiras, até onde as aptidões de cada um o permitirem e o interesse social da comunidade o aconselhar.

Há, todavia, que alcançar estes objectivos da forma mais económica possível.

E pergunta-se: não haverá outros meios de o conseguir? Não será um sistema de bolsas de estudo para os que tiverem vocação e as necessárias aptidões para uma carreira universitária mais conveniente do que a generalização das Universidades?

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — ... Será mais adequado levar os estudantes para as universidades existentes, reforçando-as com os meios de que tanto carecem, ou pôr uma Universidade à porta de cada um?

Mesmo admitindo que, por uma convergência feliz de circunstâncias, aliás improvável, se conseguisse estabilizar uma rede universitária muito dispersa, haverá a base factual que nos garanta que essas mesmas escolas virão a funcionar adequadamente num

regime multipolar? Suponho que, pelo contrário, a experiência aponta para os inconvenientes da dispersão.

É certo que precisamos de mais licenciados. Mas é mais certo ainda que a nossa grande carência se situa no estrato operacional imediatamente abaixo, o qual terá de ajudar a mobilizar toda a capacidade dos primeiros.

Ou queremos iludir-nos a nós e aos outros designando de universitário o que o não é ...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... e, pior do que isso, não dando às Universidades que já existem os meios para elas se dotarem com equipamento e com recursos humanos devidamente preparados?

Perguntarão que solução propomos como alternativa?

Respondo:

Pretendemos ver fortalecidos os centros universitários que, já tendo ultrapassado o limiar crítico, ainda carecem de largo apoio para prestar à comunidade os serviços especializados e de alto nível que de uma Universidade se espera.

Eles são, em princípio, em número suficiente para satisfazer as necessidades de licenciados actuais, desde que fortaleçamos as Universidades existentes, das quais as criadas em 1973 ainda se encontram numa fase embrionária do seu lançamento.

Salienta-se ainda que algumas das especialidades produzem mesmo técnicos em número excedentário relativamente às necessidades actuais.

Pretendemos cobrir o território com uma rede de estabelecimentos de ensino superior politécnico onde se formem os técnicos operacionais de que necessitamos, não sendo, porém, tal cobertura tão densa como a que está a ser proposta à Câmara para base do ensino universitário nas regiões referidas.

A aprovar os projectos de diploma apresentados, seremos todos naturalmente submetidos a pressões para promover os estabelecimentos de ensino superior politécnico, cuja necessidade ninguém põe em causa, a institutos universitários ou Universidades, não formando os técnicos de que carecemos e que naturalmente terão de vir de fora se queremos levar para diante os grandes projectos que existe a ideia ou já se decidiu concretizar na próxima década.

**O Sr. Sottomayor Cardia (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Então teríamos uma proliferação exacerbada de estabelecimentos ditos universitários mas que, na realidade, produziriam técnicos pretensiosos, com perfis profissionais que não servem ao País e que, naturalmente, procurarão refúgio nos serviços já empolados e pouco eficazes da função pública.

A não concretização pelo Estado da rede do ensino superior politécnico obrigará as empresas que dos seus técnicos precisarem a formá-los directamente ou a reconverter aqueles que nós preparamos, o que significa uma duplicação de gastos ou, pelo menos, um encargo pesado colocado nos ombros de actividades que, por serem quase incipientes, não os suportarão com facilidade.

Não se tem a menor dúvida de que os diplomados pelos estabelecimentos de ensino superior politécnico sairão dos mesmos com uma formação sólida. As naturais dúvidas dos empregadores face a um novo perfil profissional depressa se dissiparão se os primeiros diplomados se mostrarem dignos de confiança. A nossa função é detectar a necessidade e tentar satisfazê-la de melhor modo: ninguém contesta que aquela existe; tentaremos tudo para que este seja realmente o melhor.

Pretendemos que, com o tempo, depois de provas dadas e devidamente ancoradas na região onde se situam e de terem dotado o País dos técnicos de que necessitamos, algumas dessas instituições se transformem em institutos universitários ou Universidades. Mas isto só depois de robustecidas com docentes e investigadores em número e qualidade suficientes, depois de estarem dotadas com o equipamento conveniente e assentando-se sobre um lastro de saber nelas desenvolvido e conservado.

**O Sr. Sottomayor Cardia (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Pretendemos proporcionar àqueles que tiverem as necessárias aptidões o acesso a centros de ensino e de investigação de nível muito elevado onde possam desenvolver as suas capacidades e, no outro sentido, induzir progresso.

Não queremos, em virtude da multiplicação exagerada de estabelecimentos universitários, vir a ter de os dotar com docentes deficientemente preparados ou de empreender a formação de muitos que não oferecem garantias de permanência no local ou de prosseguimento na carreira.

Não queremos espoliar meios, mantendo estruturas dispendiosas destinadas naturalmente — a experiência mostra-o — a uma frequência reduzida, o que determina custos *per capita* muito para além do razoável, se não mesmo excedendo o limite das nossas disponibilidades.

Gostaria de sublinhar que qualquer plano, seja ele para o ensino ou para outro sector, tem de estar em continúa reformulação. As soluções que julgamos adequadas hoje podem não o ser daqui a dez anos. A evolução do País, da Europa e do Mundo aconselharão os caminhos a seguir e é cedo para prefigurar situações hipotéticas generosas mas utópicas ...

**O Sr. Sottomayor Cardia (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... Trata-se aqui de tomar decisões que afectarão o médio prazo, entendido no máximo como abrangendo a próxima década.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Esta é, visivelmente, uma matéria que preocupa o Governo.

A minha função ao vir aqui foi tentar alertá-los para os perigos que decorrem da proliferação exacerbada de estabelecimentos de ensino universitário.

Não se trata de defender os privilégios dos existentes porque, para nosso mal, eles estão tão mal dotados que absorveriam sem favor os meios de que dispomos e os que teremos de procurar, por via de empréstimo. Só muito fortalecidos se constituirão em pólos dinamizadores da sociedade portuguesa.

O Governo tem em vias de conclusão legislação relativa ao ensino superior politécnico, cujo conteúdo

e, aliás, conhecido, nas suas linhas gerais, pelos Srs. Deputados que integram a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

O que lhes solicito é que se debrucem sobre esta questão aquando do aparecimento desses diplomas.

Então poderão sopesar as vantagens de uma e de outra das soluções.

No decurso dessa análise informá-los-emos, o melhor que pudermos, acerca dos custos de cada uma das alternativas e da nossa possibilidade para lhes fazer face.

Julgo que deste modo serviremos todos melhor os interesses do País.

Antes de terminar, permitir-me-á, Sr. Presidente, que esclareça uma informação incorrecta do Sr. Deputado Pires Fontoura, quando na sua intervenção refere que eu não teria recebido os alunos do Instituto Politécnico de Vila Real na altura da minha visita, em Abril passado, ao Instituto. Não só os recebi como mantive com eles uma longa troca de impressões em reunião de trabalho a que estiveram presentes o director e representantes dos docentes e de funcionários não docentes. Todas as questões que então me foram postas tiveram resposta franca e honesta, como eles próprios hão-de verificar, mais cedo ou mais tarde.

A linguagem que utilizei foi a do estímulo ao trabalho, às ligações com as actividades económicas e sociais da área onde se situam e aos projectos que sobre ela se elaboram, à celebração de convénios com os serviços do Ministério da Agricultura, ao estabelecimento de relações com centros de ensino e de investigação estrangeiros, ao robustecimento das suas próprias instalações e equipamento, tudo visando o fortalecimento do próprio Instituto. E neste sentido prometi empenhar-me, pois que me parece ser mais salutar seguir-se qualquer mudança de estatuto à evidência de uma capacidade do que, ao invés, contribuir para o seu próprio descrédito, por via de uma promoção temporária.

*Aplausos de alguns Deputados do PS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pires Fontoura.

O Sr. Pires Fontoura (PSD): — Sr. Ministro, efectivamente cometí um erro involuntário. Só há momentos, antes do início desta sessão, com a presença dos alunos do Instituto Politécnico de Vila Real, fui por eles esclarecido de que não estava correcta a minha posição. A informação tinha sido obtida por intermédio de um aluno. Era minha intenção pedir-lhe desculpa nesta sessão, pois eu sou daqueles que, quando erro, estendo a mão humildemente. Não foi minha intenção denunciar qualquer posição menos correcta por parte do Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — Em primeiro lugar, desejo dizer que nada me surpreendeu encontrar aqui com uma posição conjunta, pelo menos no aplauso, o ex-Ministro responsável pela educação deste país durante quase três anos e o actual Ministro da Educação.

Não me surpreende absolutamente nada que aqueles que preconizam exactamente um ensino superior elitista, a que só tenha acesso uma pequena minoria, e que procuraram fazer tudo para isso, desde o *numerus clausus* até outras medidas que estão ainda bem vivas na memória da nossa juventude estudantil, se encontrem hoje num debate destes.

Passo agora às questões que queria colocar-lhe.

O Sr. Ministro começou por referir a questão de uma lei aprovada por esta Assembleia, nomeadamente a criação da Universidade do Algarve, e como o Sr. Ministro a referiu gostaria de fazer-lhe uma pergunta sobre isto. Esta lei não está em discussão, é uma lei da Assembleia, foi aprovada, foi votada por unanimidade, está, sim, para o Governo a executar. A intervenção do Sr. Ministro veio suscitar-me mais dúvidas que, aliás, já tinha de uma visita recente que foi feita por uma subcomissão ao seu Ministério. E as dúvidas são exactamente sobre a forma como o Governo está a cumprir essa lei, se ela está ou não a ser efectivamente cumprida. Eu creio que o Sr. Ministro na sua intervenção colocou algumas interrogações sobre isso. Creio que, se essa lei foi aprovada, é na verdade para ser cumprida. Por isso lhe pergunto como é que está a ser cumprida. Foi com as maiores apreensões que o meu grupo parlamentar verificou a existência de uma série de planos, passados já a projecto, para instalação do ensino superior curto no Algarve, ensino superior curto esse desligado completamente da lei aprovada por esta Assembleia sobre a criação dessa Universidade, sem nenhuma interligação entre os dois ramos de ensino que se pretende que existam no Algarve e, parecem-nos com um projecto que os deixa completamente desligados um do outro. Creio que, assim, sim, se poderá falar, na verdade, em proliferação de estabelecimentos de ensino e assim, sim, se poderá falar que não haverá efectivamente qualquer espécie de planificação. O Sr. Ministro afirmou que, no fundo, se estaria a tentar criar um número excessivo de estabelecimentos de ensino superior. Quem o ouvisse falar, Sr. Ministro, poderia concluir que neste País há um número excessivo de estudantes do ensino superior, que já hoje temos um número excessivo de licenciados, e falou, inclusive, que havia desemprego. É verdade. Mas somos ou não, Sr. Ministro, o País da Europa que tem um número inferior de estudantes no ensino superior em relação à população activa? Há ou não hoje, Sr. Ministro, no nosso país, milhares e milhares de estudantes que acabam o seu curso, que acabam o curso do liceu, o 7.º ano, falando em linguagem comum, e que depois não têm nenhuma perspectiva nem de preparação profissional e esbarram com a dificuldade de entrarem para o ensino superior, esbarram com o ano propedêutico, esbarram com o *numerus clausus* e ficam, enfim, entregues ao desemprego e sem nenhuma preparação profissional para poderem ou prosseguir os seus estudos ou integrar-se na vida profissional com uma preparação mínima?

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas peço-lhe que conclua.

A Oradora: — Vou terminar já, Sr. Presidente.

A alternativa que o Sr. Ministro aponta são bolsas de estudo. Essa é ou não uma falsa alternativa. Sr. Ministro, quando é uma realidade que é necessário um número maior de bolsas de estudo? Mas bolsas de estudo para quem? É ou não verdade que hoje há milhares de estudantes que estão para entrar na Universidade e não entram porque há *numerus clausus*, porque há um ensino superior extremamente reduzido, porque há um ano propedéutico, porque há tudo isso? E é ou não uma realidade, Sr. Ministro, que um estudante que seja da Beira Interior ou que seja de Vila Real tem muito menos probabilidades — e isto está quantificado, só para encurtar eu não apresentaria os números — de entrar, por exemplo, para a Universidade de Lisboa do que um estudante oriundo aqui da região de Lisboa?

**O Sr. Presidente:** Tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio.

**A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Ministro começo por referir que apreciei muito a sua exposição, em especial pelo que conseguiu em desmistificar o papel motor do desenvolvimento regional que a possível criação das Universidades possa vir a ter e, por outro lado, no que diz respeito à racionalização dos meios existentes relativamente à rede do ensino superior em Portugal.

No entanto, há três perguntas que gostaria de colocar-lhe. Nos sabemos da existência de uma rede de escolas politécnicas espalhadas pelas várias zonas do País e com cursos já muito bem definidos. Eu parto do princípio de que, face a essa preocupação de racionalização e de correspondência aos objectivos nacionais, esse plano é coerente, integrado e relacionado com os outros graus de ensino. Sr. Ministro, porque e que o Governo não apresenta a esta Assembleia esse plano para que nós possamos apreciá-lo devidamente e julgar da sua viabilidade? Neste campo muito concreto do ensino politécnico, onde realmente as necessidades são múltiplas e diversas no nosso país, tem o Ministério ou não conhecimento do interesse do sector privado, dado que o Sr. Ministro referenciou algumas empresas privadas que estariam interessadas na formação dos seus quadros, caso o sector público não o fizesse?

Refiro-me agora a uma outra questão que mais causa preocupação a algumas pessoas do meu grupo parlamentar, e nomeadamente a mim. Diversificámos o ensino superior — e ainda bem — mas como é que o Sr. Ministro entende neste momento essa diversificação do ensino superior? São escolas e estabelecimentos separados ou, em especial, em determinadas zonas regionais, e tendo até em atenção precisamente o que disse, que todas estas ideias e todos os sistemas de ensino superior evoluem ao longo do tempo, e eu creio que as ideias universais evoluíram muito ao longo deste tempo. O Sr. Ministro continua a considerar que o melhor para o nosso país são escolas separadas para um ensino superior diversificado ou admite a existência de estabelecimentos regionais que simultaneamente, embora com índole mais politécnica, tenham a possibilidade de fornecer também cursos universitários, dando assim possibilidades e oportunidades de entrarem nesses cursos a alunos de regiões economicamente deprimidas?

**O Sr. Presidente:** — Sr.ª Deputada, tínhamos muito gosto em ouvi-la, mas terminou o seu tempo.

**A Oradora:** — Acabei, Sr. Presidente, Creio que o Sr. Ministro compreendeu as perguntas que lhe fiz.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Sr. Ministro, ouvi com imensa atenção o que disse. Estive de acordo praticamente com tudo.

**Vozes do PS:** — Essa agora!

**O Orador:** — Sim, Srs. Deputados. Provavelmente não ouviram a minha intervenção, pois se a tivessem ouvido e compreendido, o que é coisa diferente de ouvir, não ficariam tão surpreendidos. Mas vejo que não compreenderam.

Sr. Ministro, de facto, devo dizer-lhe, e a esta Câmara, que a Comissão Parlamentar de Educação, Ciéncia e Cultura está de posse de toda a documentação relativa ao novo ensino superior politécnico fornecida pelo Ministério da Educação e tem estado à disposição dos Srs. Deputados. Penso que não sabiam isto e tenho muito prazer em dize-lo, pois não é verdade que a Assembleia esteja na ignorância desse projecto de legislação.

Mas, Sr. Ministro, como estava a dizer, estive de acordo com tudo que disse e quando foi da votação do projecto de lei que criou a Universidade do Algarve recordo que na minha declaração de voto, em nome do meu partido, levantei objecções e dúvidas e cheguei mesmo a dizer que se não deveria andar rapidamente na criação da Universidade do Algarve, pois não acreditava em Universidades criadas no papel. Simplesmente agora o caso é completamente diferente. O Sr. Ministro afirmou que grande parte das novas Universidades foram viabilizadas e puderam começar o seu caminho graças aos docentes vindos das antigas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques. Ora sucede que também os Institutos Politécnicos de Vila Real e da Covilhã foram dotados com docentes desses e é exactamente por isso que foi possível que eles percorressem um caminho naquela senda que lhes tinha sido legislativamente atribuída, a de virem a produzir licenciados. Portanto estamos num caso completamente diferente do dos novos institutos politécnicos. Estes são criados num contexto perfeitamente claro, pois, embora permitindo aos seus discentes o acesso ao grau de licenciatura, fica desde o princípio claro que esses institutos politécnicos têm outro objectivo e não será natural que a totalidade dos alunos que os venham a frequentar pretendam, eles próprios, atingir o grau de licenciatura. Ai estamos perante uma situação perfeitamente clara. E se não fosse assim, a posição que o meu grupo parlamentar toma em relação aos Institutos Politécnicos da Covilhã e de Vila Real não seria aquela que efectivamente tomámos.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, esgotou o seu tempo.

**O Orador:** — Concluo já, Sr. Presidente.

Penso, Sr. Ministro, que não é solução correcta pensarmos que vai ser fácil — até já constatámos que

não é — fazer a actualização das nossas Universidades muito napoleónicas. Não acredito que seja à custa delas que nós vamos fazer a tal diversificação e a tal actualização indispensáveis do ensino universitário em Portugal. É preciso criar alguma coisa de novo, alguma coisa de dinâmico — e nós reconhecemos nestes institutos politecnicos esse dinamismo. Aliás, também haveria outro problema: penso que a sobrecarga para lá do número de discentes que já existem nas actuais Universidades é um risco, é qualquer coisa a não incentivar. Na medida em que estes institutos, no campo em que estão e não noutra, se forem dignificados, o que exigirá um investimento mínimo visto que já há investimentos, já há estruturas, já há pessoas a caminho de doutoramento e até doutorados, dá-me ideia que em nada será prejudicado aquele projecto que penso ser indispensável incentivar, isto é, o projecto dos institutos politecnicos. Aí estou de acordo com o Sr. Ministro: de facto, falta-nos todo o tal grau a grau, de que falava ainda agora, entre o curso complementar e a licenciatura. Isso não temos, isso temos de criar e, se o não fizermos, temos de ir buscar lá fora os docentes de que carecemos — estou plenamente de acordo.

**O Sr. Presidente:** — Queira concluir, Sr. Deputado. Pode aguardar essas considerações para uma declaração de voto. V. Ex.<sup>a</sup> usou cinco minutos. Peço desculpa à Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo faz o mal e a caramuña.

Durante todo este tempo verificámos que o Governo nada fez — aliás como os anteriores — para haver em Portugal algo de concreto no que toca à expansão do ensino superior, no que toca a uma lei orientadora, que nós há que tempos reclamamos, não só do sistema de ensino, como do ensino superior em particular. E apesar de o Governo ser um dos culpados, apresenta-se aqui, digamos, a acusar a Assembleia daquilo de que só ele tem culpa. Onde estão as propostas de lei do Governo em matéria de educação? Que fez este Governo durante estes sete meses, ou lá quanto é que já leva de vida, em matéria de educação? Praticamente nada. Esta é que é a verdade.

O que é, Sr. Ministro, o ensino superior politecnico de que agora se fala? Porque é que se muda uma lei tão recente desta Assembleia, que foi aqui votada por grande maioria — aliás em ratificação de um decreto-lei de um Governo anterior. Como é possível haver certeza, haver segurança, haver quem vá para o ensino não universitário se está constantemente a mudar, de acordo com os ventos dos sucessivos Governos? Como é possível falar de um ensino que dê garantias de formação sólida quando tem este nascimento a que nós temos vindo a assistir nestes últimos anos? Isto é que é pura demagogia. Esse ensino, chama-se-lhe curto ou politecnico, ou seja o que for, não dá qualquer garantia de formação sólida.

Porque é que o Governo não apresenta as suas propostas, não apresenta um plano de enquadramento, de desenvolvimento e de expansão do ensino superior? Porque é que o Governo ignora, como acaba de dizer, e muito bem, o Sr. Deputado Nuno Abeca-

sis, que é o caso actual e só esse, que está em discussão, ou seja, estes dois projectos de lei e mais nenhum. O Sr. Ministro não sabe se vêm mais ou não, nem tem que saber.

#### Risos do PS.

Mas eu queria saber se, no âmbito destes dois projectos que estão em discussão, o Sr. Ministro ignora que há realidades que são vivas: são institutos que têm pessoal docente, onde há, como disse na minha intervenção, esta coisa nova, que é o acesso de trabalhadores e filhos de trabalhadores das áreas em que estão implantados, onde há uma ligação, que as velhas Universidades não têm, com as actividades circunvizinhas, onde há um empenhamento recíproco entre estas duas instituições e todo o ambiente que as cerca, a sociedade em que estão inseridas. Perante isto, como quer o Sr. Ministro pôr em pé de igualdade os dois institutos com coisas que não existem a não ser na sua imaginação, como Universidades em cada esquina e outras coisas que, isso sim, são efectiva demagogia.

Como quer o Sr. Ministro ainda resolver o problema do ensino superior em Portugal, onde, como já foi dito, há uma percentagem muito reduzida da população, e mesmo do próprio grupo etário dos 18 aos 25 anos, que tem acesso a esse ensino. Como quer o Sr. Ministro resolver o problema com as Universidades existentes, muitas das quais já ultrapassaram o limiar da eficácia — o Sr. Ministro preocupa-se com aquelas que não atingiram esse limiar, mas, curiosamente, não se preocupa com aquelas que já o ultrapassaram. Julga que é possível fazer ensino universitário em Universidades com 30 000 alunos?

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado também já ultrapassou o seu tempo.

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Ainda bem!

**O Sr. Presidente:** — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Concluo já, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, outra questão é a da falta de especialistas de determinadas especialidades em Portugal, falta que estes novos institutos poderiam colmatar, não existindo portanto duplicação, mas qualquer coisa de novo.

Quanto às bolsas de estudo, já muito foi dito. É evidente que elas em parte alguma evitam a discriminação real — regional, social, cultural e económica — entre o interior e o litoral. Ignora que há quantificação exacta que mostra as probabilidades menores de acesso ao ensino por parte das populações do interior? Sabe quanto custaria à comunidade, garantir a toda a população do interior, ainda que através de bolsas de estudo de padrões europeus, que não as falsas bolsas de estudo que existem actualmente entre nós, o acesso às Universidades? E quais Universidades? As superlotadas do litoral? O que é que aconteceria a essas Universidades? Explodiriam com certeza, seriam Universidades à italiana.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua. Vai já em cerca de cinco minutos e não posso permitir que se alongue mais.

**O Orador:** — Concluo já.

Finalmente, o Sr. Ministro quer ter aqui uma perspectiva exclusivamente economista. Mas é ou não verdade que havia direitos adquiridos, expectativas legítimas? Houve ou não no caso destes dois institutos — e só estes dois estão em discussão — legislação que criou direitos adquiridos e expectativas legítimas dos respectivos alunos?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sottomayor Cardia.

**O Sr. Sottomayor Cardia (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: Em primeiro lugar quero felicitar V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, pela intervenção corajosa que fez na Assembleia da República, aliás também em sequência de acto corajoso de que tenho notícia e que praticou na sua visita a Vila Real há alguns meses.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (PSD):** — Lá não se comem criancinhas!

**O Orador:** — Não se trata de ser comido, naturalmente, Srs. Deputados. Trata-se, sim, de que nos meios políticos portugueses não há normalmente um grande gosto em ser claro nas afirmações que se produzem quando elas aparentemente não são maioritárias.

V. Ex.<sup>a</sup> saberá, ou, se não sabe, pode confirmá-lo através da imprensa de fins do mês de Agosto, que o II Governo Constitucional tinha para apreciação em Conselho de Ministros um projecto de decreto-lei perfeitamente detalhado relativamente à distribuição dos diversos tipos de ensino superior de curta duração, ou seja, escolas superiores de educação, escolas superiores técnicas e escolas superiores de ciências básicas, por localidades. Isto era um trabalho que existia ao tempo do II Governo Constitucional e que estava ultimado, e em forma de articulado, para ser presente a Conselho de Ministros. Tal não aconteceu, dada a exoneração do Governo. Naturalmente que V. Ex.<sup>a</sup> pode não estar exactamente de acordo com essa rede que tão concretamente aí é apresentada e de que, aliás, existe um documento público de que o que eu estou a dizer é verdade. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> por que motivo é que o Governo não aprovou dois ou três meses após a sua tomada de posse — eu comprehendo que possa ter havido uns meses de reflexão — esse diploma ou esse mesmo diploma corrigido ou modificado, uma vez que me parece que não há diferença entre esse plano existente e o que o Governo tem agora em mente. Ou houve efectivamente alteração substancial relativamente a esse projecto que ao tempo da queda do II Governo Constitucional existia no Ministério da Educação?

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Ministro dispõe de quinze minutos para responder às cinco interpelações que lhe foram feitas.

**O Sr. Manuel Gusmão (PCP):** — Sr. Presidente, eu também tinha pedido a palavra para formular alguns pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro da Educação.

**O Sr. Presidente:** — A Mesa não viu, Sr. Deputado. Mas a verdade é que o Sr. Deputado Sottomayor Cardia também se inscreveu fora do tempo próprio, que é logo a seguir à intervenção do orador, e pelo mesmo motivo concedo-lhe a palavra, bem como ao Sr. Deputado Sérvulo Correia.

Tenha, pois, a bondade, mas peço-lhe que seja breve.

**O Sr. Manuel Gusmão (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tendo em conta as duas intervenções do meu partido sobre esta matéria, portanto as razões que apresentámos para definir a nossa posição de voto e as reservas que manifestámos, pedia ao Sr. Ministro que considerasse essas intervenções como enquadramento das rápidas perguntas que lhe vou colocar.

Na caso do actual Instituto Politécnico da Covilhã, tendo em conta o número de professores doutorados, o número de assistentes em vias de obter doutoramento e a relação entre esses doutorados e assistentes e o número total de docentes, tendo em conta o número de orientadores científicos contratados, inclusivamente professores estrangeiros contratados para acompanhar a preparação e a formação dos actuais docentes; o que é que o Sr. Ministro pensa que se deve fazer a todo esse pessoal docente e a todo esse esforço que se tem realizado de formação e de qualificação de um corpo docente? Podíamos insistir noutras questões relacionadas com estas, nomeadamente tendo em conta aquilo que o Sr. Ministro manifestou como grande preocupação, e que é também preocupação nossa, que é a qualidade do ensino a ministrar nos institutos universitários.

Segunda questão: será que a criação de institutos universitários na Covilhã e em Vila Real não pressupõe antes a articulação, para melhor rendibilização do ensino superior de curta duração ou politécnico, para evitar, inclusivamente, que esse ensino de curta duração se torne um beco sem saída, mais uma forma de criar *impasses* e soluções de continuidade no acesso ao ensino superior ou ao ensino universitário dos filhos dos trabalhadores?

Terceira questão: ao frisar a frequência reduzida dos actuais cursos, facto que pessoalmente constatei em relação ao Instituto Politécnico da Covilhã, perguntava-lhe se não funciona aí, por exemplo, o *numerus clausus* decretado em Vila Real, que leva a que fiquem sem acesso ao ensino superior, inclusivamente, estudantes da própria região, e se a proibição de matrículas no Instituto Politécnico da Covilhã não é também um dos factores que leva a que alunos que queriam matricular-se ou já estavam matriculados nesses institutos tenham de deslocar-se para as Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Não será isto um dos factores que favorece a reduzida frequência dos institutos politécnicos no actual ano lectivo?

Finalmente, queria chamar-lhe a atenção para o facto de que o argumento que invocou para justificar esta situação, com base nas actuais carências para o sistema de ensino universitário e nas carências de desenvolvimento regional, não é, quanto a nós — só o pode ser por uma concepção malthusiana —, aquilo que nos deve levar a não tentar progredir e desenvolver nesse sector.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Manuel Gusmão, V. Ex.<sup>a</sup> já excede um pouco o seu tempo.

**O Orador:** — Termo já, Sr. Presidente.

V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, também disse que não eram os institutos universitários que poderiam promover o desenvolvimento regional, mas sim o desenvolvimento regional é que poderia ser articulado e compensado pelo desenvolvimento dos institutos universitários. Nesse caso perguntava-lhe o que é que se passa actualmente com o projecto da Cova da Beira e se a mesma concepção que levou a suspender esse projecto não é a mesma concepção que se manifesta tão renitente em avançar para a criação dos institutos universitários de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Beira Interior.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sérvulo Correia.

**O Sr. Sérvulo Correia (PSD):** — Sr. Presidente, em nome da minha bancada, pedia à Mesa mais atenção, porque já é a segunda vez neste debate que um pedido de inscrição oportunamente feito não é considerado.

Salientando, em primeiro lugar, o carácter positivo da presença do Sr. Ministro aqui, muito ao contrário do que, infelizmente, tem sucedido com muitos dos seus colegas do actual Governo, um pouco na sequência daquilo que já lhe foi perguntado pelo Sr. Deputado Manuel Gusmão, desejava perguntar-lhe se, quando admite a possibilidade de algumas das escolas de ensino superior curto que vão arrancar neste momento mais tarde, em virtude da capacidade adquirida, do volume de conhecimentos, digamos assim, que passam a representar e a reproduzir, poderem vir a evoluir para um nível universitário, se não é precisamente isso que já sucede, nomeadamente no caso do actual Instituto Politécnico da Covilhã. Ou seja, pergunto-lhe se pelo valor do ensino aí prestado, se pelo perfil do corpo docente já reunido, se até pela natureza das instalações que conseguiu granjear, pela natureza dos serviços que presta efectivamente aos seus alunos, esse instituto não está em perfeitas condições de ombrear, e se calhar com benefício, com algumas das escolas universitárias massificadas da Grande Lisboa.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, V. Ex.<sup>a</sup> dispõe agora de vinte e um minutos, porque lhe foram feitas sete interpelações.

Tem a bondade.

**O Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Irei responder a várias das perguntas que me foram feitas, seguindo a ordem por que foram colocadas.

É evidente que não defendo nenhum ensino elitista. Tive ocasião de afirmar na minha intervenção que defendo um ensino em que as capacidades dos alunos, as capacidades dos discentes, estejam em articulação com as necessidades do País e aí, neste momento, se faça um investimento criterioso, atendendo às duas ordens de factores.

No que respeita à Universidade do Algarve, lembro que ainda falta um mês, ou cerca disso, para se

nomear a comissão instaladora. O Governo é realmente respeitador das decisões da Assembleia da República.

Acerca do comentário sobre o número excessivo de licenciados, esclareço que na minha intervenção afirmei que precisamos de mais licenciados. Precisamos de bons licenciados e, articulada com eles, toda uma cadeia de outros técnicos de que de facto há uma enorme carência.

O sistema de levar as Universidades para onde há potenciais candidatos é naturalmente mais caro, por razões que referi, do que imaginar um reforço do esquema de bolsas de estudo, que beneficiariam os que, tendo aptidões, por carências de meios financeiros se vêem impedidos de prosseguir nos seus estudos. Neste aspecto, sim, haverá lugar para reforçar de forma nítida a orientação actual.

Quanto às perguntas postas pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Ambrósio, direi que a rede de escolas politécnicas faz parte de um plano coerente. A própria comissão parlamentar já teve ocasião de verificar o estado de elaboração e reelaboração dos trabalhos. Conduziremos a formulação de todas essas soluções em contacto muito próximo com a Comissão de Educação, Ciéncia e Cultura, tal como tem acontecido até agora. De facto houve alguns ajustamentos, mas, mais do que os ajustamentos, é intenção do Governo justificar algumas das escolhas efectuadas.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Posso interrompé-lo, Sr. Ministro?

**O Orador:** — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Ministro, não tenho, efectivamente, completo conhecimento dos documentos que a Comissão de Educação, Ciéncia e Cultura possui neste momento. No entanto, acompanhei a documentação que o Sr. Deputado Nuno Abecasis referenciou e também ouvi as explicações que o Sr. Director do Ensino Superior nos deu. Nessa documentação e explicações foi-nos apresentada uma situação já de programação de edifícios e de cursos, mas não constatei a existência de um planeamento desses mesmos estabelecimentos no que diz respeito à distribuição de alunos, à relação entre esses cursos e os cursos superiores que se lhes seguem. É neste aspecto que não conheço o plano coerente, pelo que agradecia que me explicasse.

**O Orador:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, agradeço muito o ter-me facilitado a resposta ao Sr. Deputado Sottomayor Cardia. O atraso na apresentação dos documentos sobre esta questão baseia-se precisamente no facto de não haver um equilíbrio interno dos trabalhos que encontramos preparados, pelo que gostaríamos agora de ver se a justificação das escolhas feitas se adequa à proposta que teremos ocasião de apresentar.

Agradeço a sua interrupção e desde já ficam respondidas as questões postas pelo Sr. Deputado Sottomayor Cardia.

Quanto à diversificação do ensino superior dentro dos mesmos estabelecimentos de ensino em ligação com os estabelecimentos de ensino universitário, devo dizer que não há experiências entre nós de uma gestão simultânea dos dois tipos de ensino, a não ser

nos Açores. O Instituto Universitário dos Açores tem os dois tipos de ensino. Estamos a observar com a maior atenção os conflitos, as tensões, os problemas que podem ser levantados por este exemplo, para ver se é possível ou não de generalização. Então estaremos em posição de afirmar, com dados baseados na prática, se é conveniente ou não termos dois tipos de ensino na mesma instituição ou se a complexidade da gestão dos mesmos aconselha uma separação.

O Sr. Deputado Nuno Abecasis falou nas Universidades napoleónicas. Não posso estar de acordo em que há uma longa tradição de centralização de todo o sistema de ensino superior e universitário em Portugal e daí toda uma série de acções já efectuadas no sentido de fortalecer as Universidades dando-lhe a maior autonomia que for possível. E nesse sentido se dotaram já com assessorias de planeamento e jurídicas e serão dados os meios aos seus cargos gestores para terem uma maior autonomia relativamente ao Governo Central e progressivamente, quer por uma afeitação de meios e até da capacidade de gestão no que respeita tanto à investigação científica como ao lançamento dos cursos mais adequados veremos se vale a pena ou não repousar nas Universidades para elas terem aquela capacidade de iniciativa que o Sr. Deputado duvidava que elas pudessem ter.

Devo dizer que antes de fazer uma afirmação definitiva gostaria de ver se dando os meios às Universidades antigas elas são ou não capazes de se reformularem, de se fortalecerem e prestarem serviços com muito maior autonomia, tanto no campo da docência como no campo da investigação científica.

Quanto às questões postas pelo Sr. Deputado Pedro Roseta, gostaria de elucidar que a lei de bases do sistema educativo está em fase muito adiantada, já tendo sido feito o relatório preliminar. A lei de bases é uma lei de enquadramento geral, em que são postos os grandes princípios sobre os quais a Assembleia da República terá com certeza ocasião de se pronunciar. Imagino que não seja possível trazer a proposta de lei de bases do sistema educativo antes das férias grandes, de maneira que todos os trabalhos terão de ser completados durante esse tempo para oportunamente serem apresentados à Câmara.

Não escondo a complexidade de elaboração de um tal documento, mas suponho que para ele se remeterá com facilidade toda a organização que a seguir vier e, portanto, nessa ocasião grande parte das dúvidas que põe serão resolvidas.

Perguntou-me se eu ignorava que havia dois institutos politécnicos a funcionar neste momento, um em Vila Real e outro na Covilhã. É evidente que não ignoro e conheço de perto a sua situação. Um deles por uma frequência desde há longos anos das instalações e pelo conhecimento das suas realizações e do seu próprio pessoal docente, discente e de investigação, o outro por numerosos relatórios e trabalhos que tenho tido ocasião de apreciar.

Devo dizer que ou sou muito exigente ou tenho realmente de dizer que não é ocasião ainda para pensar em voos mais altos sem uma rodagem maior, tanto no aspecto de ensino, como no aspecto de investigação. Gostaria de lembrar que os institutos têm uma vida curta, escassamente ultrapassa os cinco anos funcionando em pleno, de maneira que não é de

admirar que não estejam robustecidos em toda a sua amplitude, e cito o exemplo, uma vez que os pôs em igualdade de posição, do Instituto Politécnico de Vila Real, onde apenas existem cinco doutores, dos quais um único é da especialidade de veterinária, pois os outros são das ciências básicas leccionadas no próprio instituto. É evidente que ao perguntar-me se eu imaginava ou não que seriam necessários mais especialistas, digo-lhe que a resposta está dada, pois a carência de especialistas é evidente. O argumento que utilizou é autodestruidor, porque para os formar precisamos de docentes ainda mais especializados e não vejo que especialistas dos mais diversos ramos de que temos efectiva necessidade possam ser formados por gente que ainda não teve o treino suficiente. Aí insisto que os docentes devem ser preparados ainda mais cuidadosamente.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Os de Lisboa é que vão aprender a agricultura!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Nesse ponto perguntei-lhe se não eram necessários no sistema de ensino português novas especialidades, novos cursos, como aquele que existe na Covilhã e como os três que existem em Vila Real. Para não serem válidos os seus argumentos quando diz que as actuais universidades os têm e que os alunos podem ir para lá, devo dizer-lhe que não podem porque não existem lá sequer estes cursos.

O Orador: — A resposta tem de ser balanceada entre duas tendências: a primeira é que necessitamos de novos especialistas e a segunda é que é preciso ter cuidado com as especializações demasiadas.

A experiência de alguns cursos demasiado especializados que já foram feitos entre nós — e cito o caso da engenharia do ambiente da Universidade de Aveiro — aconselha a que não prossigamos com demasiada força numa especialização demasiada porque corremos o risco de pura e simplesmente não encontrar no mercado de trabalho o número de postos de trabalho suficientes para garantir colocação a tão numeroso grupo de especialistas. Daí o termos de arranjar, naturalmente, uma formação sólida de base, remetendo para novas formas pedagógicas, possivelmente com cursos que alternem um período docente com um período de trabalho, vindo a introduzir esquemas flexíveis em que se preparem esses quantitativos de que necessitamos num regime não contínuo nem obrigatoriamente repetitivo todos os anos.

Lamento que tenha considerado a minha perspectiva demasiado economicista. Realmente, quando se tem de gerir um orçamento que, nem por ser a maior fatia do Orçamento Geral do Estado, é insuficiente para as enormes carências que temos pela frente, não se pode de maneira nenhuma deixar de ter muito próximo das preocupações os meios de que dispomos. A abundância neste aspecto é exigente de meios e eu suponho que eles não existem.

Respondendo a uma das perguntas do Sr. Deputado Manuel Gusmão, devo dizer-lhe que é evidente que

não gostaríamos que os institutos politécnicos representassem «becos sem saída» ou *impasses* na formação de quem os frequenta. A necessidade de articulação dos institutos politécnicos com as Universidades, o prosseguimento da carreira daqueles que tiverem a vontade e as aptidões para prosseguirem a sua formação, é uma coisa que nos é cara e que, portanto, iremos estimular de toda a maneira.

Quanto aos comentários que fez à articulação entre os planos regionais e o ensino, perguntando a minha opinião acerca do arrastamento do desenvolvimento regional pelo ensino, devo remetê-lo para a minha intervenção. Não pressuponho arrastamento, mas sim articulação entre todos os sectores, numa visão sistémica das diversas componentes que naturalmente levam a formar aqueles de que necessitamos e não a adoptar qualquer atitude *maltusiana*, medrosa do empolamento dos quantitativos saídos das Universidades.

As perguntas formuladas pelo Sr. Deputado Sérvulo Correia já estão de certa maneira respondidas pelas afirmações que fiz anteriormente. No entanto, devo dizer-lhe que estou de acordo quanto à transformação de algumas das escolas, pois é relativamente fácil verificar com o tempo as suas capacidades, quer em matéria de ligação com as actividades da região onde se situam, quer em relação aos seus docentes e investigadores, quer ainda em relação à qualidade dos formados pelas mesmas e à consequente aceitação no mercado de trabalho.

É evidente que não advogamos a perspectiva das escolas massificadas e por isso estamos a tentar — e brevemente sairão diplomas que permitem dentro das próprias faculdades tornar a gestão mais adequada por divisão da unidade em departamentos mais facilmente administráveis — reduzir os grandes números de alunos, que o Sr. Deputado Roseta referiu, nas Universidades. Essa redução diminuirá os inconvenientes que são conhecidos de todos, criando unidades onde a proximidade de alunos e mestres possa criar um clima de relação nominal e pessoal adequado às características desse grau de ensino, ao contrário do que se passa com as escolas com grande número de alunos.

**A Sr.º Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra, porque há um esclarecimento que, provavelmente por lapso, o Sr. Ministro não deu. Por isso, se me fosse permitido, gostaria de insistir na pergunta.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr.º Deputada.

**A Sr.º Teresa Ambrósio (PS):** — Sr. Ministro, trata-se da pergunta que lhe fiz acerca do conhecimento que pode ter da rede de potenciais politécnicos privados ou já explícitos.

**O Sr. Presidente:** — Tenha a bondade, Sr. Ministro, se desejar responder.

**O Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica:** — Sr.º Deputada, tenho conhecimento de algumas intenções ligadas à criação de politécnicos privados. No entanto, penso que não é lícito da minha parte estar a revelá-las, visto que não foram formalizadas em documento que me tenha sido presente.

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Ainda não estão normalizadas!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Encerrado o debate, vamos proceder à votação dos projectos de lei. Queria sugerir à Assembleia, dado a adiantado da hora, que se faça de imediato a votação e que as declarações de voto fiquem para a próxima reunião, facto que já foi requerido e aprovado.

**O Sr. Carlos Laje (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Laje (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos de acordo com a sugestão da Mesa quanto à emissão das declarações de voto. No entanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer uma interrupção da reunião por quinze minutos, ao abrigo das disposições regimentais.

**O Sr. Presidente:** — No uso do poder regimental, o pedido está deferido. A sessão está suspensa por quinze minutos.

*Eram 21 horas e 10 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 21 horas e 25 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Como estão ainda alguns Srs. Deputados a entrar e como convém aguardar ainda uns momentos antes de procedermos à votação, aproveito para dar as seguintes informações: deputados sociais-democratas independentes requereram que sejam avocados ao Plenário para votação os projectos de lei n.º 135/I, do PCP, e 155/I, do PS, que se encontram em discussão nas respectivas comissões para discussão na especialidade. Este requerimento tem de ser objecto de deliberação, o que será oportunamente feito.

Foi apresentada a proposta de lei n.º 251/I, que autoriza o Governo a contrair um empréstimo externo. Já foi admitida e, tendo sido requerido o processo de urgência, também esta matéria será oportunamente apreciada.

Vamos proceder à votação do projecto de lei n.º 131/I, apresentado pelo PSD, que cria o Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CDS, do PCP, dos Deputados independentes sociais-democratas e do Deputado independente Vasco da Gama Fernandes e a abstenção do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Vamos agora proceder à votação do projecto de lei n.º 133/I, também apresentado pelo PSD, que cria o Instituto Universitário da Beira Interior.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CDS, do PCP, dos Deputados independentes sociais-democratas e do Deputado independente Vasco da Gama Fernandes e a abstenção do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, pergunto aos presidentes dos grupos parlamentares se desejam fazer hoje ou noutra oportunidade ou apresentarem por escrito na Mesa as declarações de voto para serem publicadas. É que lembro aos Srs. Deputados o seguinte: está na Mesa um requerimento para que os projectos de lei baixem à respectiva comissão para discussão na especialidade e este requerimento obviamente só pode ser votado depois de encerrado o debate na generalidade, que se encerra com as declarações de voto. Se as declarações de voto não forem hoje produzidas nem forem apresentadas por escrito para serem publicadas, elas provavelmente só poderão ser produzidas daqui a alguns dias, isto é, depois da discussão das propostas de lei do Plano e do Orçamento. E isto significa que vai haver um atraso considerável na remessa dos processos à respectiva comissão. Isto é apenas um esclarecimento que queria dar aos Srs. Deputados.

**A Sr.ª Zita Seabra (PCP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr.ª Deputada.

**A Sr.ª Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente, creio que noutra oportunidade será a melhor solução, uma vez que até durante a discussão das propostas de lei do Plano e do Orçamento certamente que a Comissão de Educação, Ciência e Cultura não terá possibilidades de se debruçar sobre os projectos de lei em apreço. Portanto, penso que isso não irá atrasar o início do debate em comissão.

*Pausa*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, como ninguém pede a palavra, parece-me compreender que a Câmara está de acordo.

A reunião de amanhã é, como sabem, às 10 horas, com o início da discussão das propostas de lei do Plano e do Orçamento.

Está encerrada a reunião.

*Eram 21 horas e 30 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

#### Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Alberto Augusto M. da Silva Andrade.  
Alberto Marques Antunes.  
António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
António Francisco Barroso Sousa Gomes.  
António Jorge Moreira Portugal.  
Armando dos Santos Lopes.  
Carlos Alberto Andrade Neves.  
Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
Etelvina Lopes de Almeida.  
Eurico Manuel das Neves H. Mendes.  
Florêncio Quintas Matias.  
Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.  
Herculano Rodrigues Pires.  
Jerónimo da Silva Pereira.  
Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
Luís Filipe Nascimento Madeira.  
Manuel Francisco Costa.

Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.  
Manuel Pereira Dias.  
Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
Mário Alberto Nobre Lopes Soares.

#### Partido Social-Democrata (PSD)

Fernando José da Costa.  
José Adriano Gago Vitorino.  
Maria Helena do Rego da Costa S. Roseta.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
Álvaro Manuel Brandão Estêvão.  
António Jacinto Martins Canaverde.  
Basilio Adolfo Mendonça Horta da Franca.  
Carlos Alberto Faria de Almeida.  
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
Henrique José C. M. P. de Moraes.  
João Carlos F. Malhó da Fonseca.  
Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.  
José Cunha Simões.  
José Duarte A. Ribeiro e Castro.  
José Vicente de J. Carvalho Cardoso.  
Narana Sinai Coissôrò.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.  
Carlos H. S. Aboim Inglês.  
Eduardo Sá Matos.  
Jaime dos Santos Serra.  
Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.  
Joaquim Gomes dos Santos.  
José Manuel da Costa Carreira Marques.  
José Manuel de Paiva Jara.  
Víctor Henrique Louro de Sá.

#### Independentes

António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
António Joaquim Veríssimo.  
Arcanjo Nunes Luís.  
Fernando Adriano Pinto.  
Manuel Cunha Rodrigues.  
Rui Manuel Parente de C. Machete.  
Vasco da Gama Lopes Fernandes.  
Víctor Hugo Mendes dos Santos.

#### Deputados que faltaram à sessão:

#### Partido Socialista (PS)

Alfredo Pinto da Silva.  
António Alberto Monteiro de Aguiar.  
António Cândido Miranda Macedo.  
António Fernandes da Fonseca.  
António Magalhães da Silva.  
Aquilino Ribeiro Machado.  
Armando F. C. Pereira Bacelar.  
Bento Elísio de Azevedo.  
Carlos Manuel da Costa Moreira.  
Carlos Manuel Natividade da C. Candal.  
Dieter Dellinger.  
Edmundo Pedro.  
Fernando Tavares Loureiro.  
Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
Francisco Manuel Marcelo Curto.  
Jaime José Matos da Gama.

Joaquim Manuel Barros de Sousa.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Amândio Anes de Azevedo.  
 Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.  
 António Augusto Lacerda de Queirós.  
 António Coutinho Monteiro de Freitas.  
 António José dos Santos M. da Silva.  
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.  
 Augusto Nunes de Sousa.  
 Casimiro Gomes Pereira.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.  
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 José Rui Sousa Fernandes.  
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.  
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Nicolau Gregório de Freitas.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 António Simões Costa.  
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Eugénio Maria N. Anacoreta Correia.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João Lopes Porto.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Ruy Garcia de Oliveira.  
 Rui Mendes Tavares.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Carlos Alfredo de Brito.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Hermenegilda Rosa C. Pacheco Pereira.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Vital Martins Moreira.

**União Democrática Popular (UDP)**

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

**Independentes**

Amântino Marques Pereira de Lemos.  
 Américo de Sequeira.  
 Antídio das Neves Costa.  
 António Egídio Fernandes Loja.  
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
 António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.  
 António Manuel Barata Portugal.  
 Carlos Galvão de Melo.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Ferreira Júnior.  
 José Justiniiano Taboada Braz Pinto.  
 Mário Fernando de Campos Pinto.  
 Olívio da Silva França.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO,

*José Pinto.*